

SIMPÓSIO 15

LINGUÍSTICA HISTÓRICA E ONOMÁSTICA: LÍNGUAS
ROMÂNICAS, LÍNGUAS INDÍGENAS
E LÍNGUAS DE SINAIS

COORDENADORES

Maria Sueli de Aguiar
(Universidade Federal de Goiás)

Maria Célia Dias de Castro
(Universidade Estadual do Maranhão)

UM OLHAR ONOMÁSTICO AOS NOMES DE ALGUNS SANTOS CATÓLICOS

Maria Sueli de AGUIAR¹

RESUMO

Estudo que reúne análise de alguns hagiônimos no que se refere a sua etimologia, sua história de implantação devotiva relacionada à colonização de Goiás e sua propagação no meio do povo enquanto representação de padroeiro e antropônimos. Nessa análise, aponta-se a importância de conhecer a história dos santos e reconhecer suas intercessões que muitas vezes estão ligadas ao seu próprio nome. Um dos propósitos deste estudo é evidenciar que o hagiônimo muitas vezes revela a história do santo e do lugar em que vivem seus devotos. Importa chamar a atenção ao fato de que muito dos fiéis não relacionam o nome do santo à causa de devoção, como mostraram as pesquisas feitas no projeto “A linguística e colonização de Goiás”. Os pontos abordados etimologicamente são os hagiônimos como *santo*, *Deus*, *anjo*, *Jesus Cristo*, parte dos vários títulos e nomes recebidos por *Nossa Senhora*, bem como de outros santos católicos, a saber, *São Paulo*, *São Pedro*, *Santo Antônio* e outros. Faz parte deste estudo uma amostragem econômica, social e política na ocasião das “descobertas” e fundação das cidades, no período de colonização de Goiás.

PALAVRAS-CHAVE: Hagiônimo; Religião; Economia; Política; Sagrado.

Introdução

Neste trabalho, discutem-se os hagiônimos de alguns santos verificando os processos de nomeação enquanto pessoas que, com o passar de sua vida, foram assumidas como santos para a Igreja Católica Apostólica Romana e/ou para o povo. Muitos desses nomes chamam a atenção quanto à semelhança deles com a atuação profissional da pessoa ou outro fator a ela relacionado durante sua vida, a qual passa a ter uma conotação simbólica para os seus devotos.

¹Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – UFG – Faculdade de Letras – Departamento de Linguística. Caixa Postal 131 – Campus II (Samambaia) – CEP 74.001-970 – Goiânia – Goiás – Brasil. aguiarmarias@gmail.com.

Importa relatar que esse estudo foi resultado de parte de uma pesquisa maior do projeto “A linguística e a história de colonização de Goiás”. O foco central aqui é tratar dos hagiônimos de alguns santos cultuados pelo povo Brasileiro, enfatizando Nossa Senhora e alguns de seus nomes mais conhecidos nos estados de Goiás, Tocantins, Minas Gerais e São Paulo. Em consequência desse estudo, fez-se necessário incluir e analisar, etimologicamente, outros termos ligados ao sagrado como *santo*, *Deus*, *anjo* e *arcanjo*.

Essa pesquisa sobre os hagiônimos visa mostrar que muitas vezes o próprio nome desses santos revela as causas de por que o povo crê que na intercedência deles, mas notou-se que isso não é percebido pela maioria das pessoas, mesmo em se tratando de termos como *aparecida*, *perpétuo socorro*. O caso mais corriqueiro é o de São Expedito. Sabe-se que a ele é atribuído o título “o santo das causas urgentes” e o significado da expressão “expedito” ou “expedido”, como define um pesquisado, “enviado, mandado”. É entendido pelos devotos desse santo que “o pedido já foi recebido por ele e já foi mandado ao Senhor, então está resolvido”. Ou seja, na crença popular, os pedidos feitos a ele são uma emergência, então, por intermédio dele, esses pedidos serão atendidos e com rapidez.

Outra motivação que fez com que se trabalhasse este tema foi a quantidade de nomes e títulos atribuídos a Nossa Senhora, que é assumida como sendo várias santas, na hora de tê-la como sua santa de devoção, como se pode verificar no decorrer das entrevistas sobre a história de colonização de Goiás.

Essa discussão parte da Onomástica, mas no decorrer das análises envolve etimologia, geografia, história e outras áreas e subáreas de conhecimento que contribuem para melhor compreensão da dinâmica dos hagiônimos e do comportamento religioso do povo.

Inicia-se esta análise tratando da etimologia dos termos *santo*, *Deus*, *anjo*, *Jesus Cristo*, *Nossa Senhora* e suas variações, depois se trata de nomes de alguns santos e santas. Além da etimologia, nessa análise dos hagiônimos, investiga-se também a história de como o santo se tornou referência de santidade, por que tem tal nome, e, quando pertinente, apontam-se contextos políticos e socioeconômicos brasileiros que interferiram na escolha do santo para devoção.

O presente estudo está dividido em quatro itens básicos: Introdução; Discussão teórica; Religião, sagrado e santo; Visão política social, econômica e religiosidade brasileira; Hagiônimos; Considerações finais e Referências.

No final dessa discussão pretende-se entender o significado de alguns hagiônimos, evidenciar que Nossa Senhora é uma única santa, apontando as várias situações que fizeram com que ela recebesse diferentes nomes. Outro propósito aqui é esclarecer os processos que levam uma comunidade a cultuar determinado santo, o que muitas vezes passa a fazer parte dos festejos tradicionais do povo e influencia nos antropônimos e topônimos nacionais.

Discussão teórica

A Onomástica é parte da linguística com ligações a outras áreas de conhecimento, principalmente a História. A expressão *onomástica* vem do grego antigo ὀνομαστική que significa ato de nomear, dar nomes. O seu estudo começa no século XIX quando se ocupa em trabalhar nomes próprios analisando suas origens e formas de nomear.

A Toponímia e Antroponímia é a divisão dos estudos onomásticos. Toponímia se ocupa de estudar nomes de lugares em geral e a Antroponímia se ocupa de nomes e sobrenomes das pessoas.

O presente estudo está voltado a uma das muitas subdivisões da antroponímia que é a hagianímia, a qual se refere ao sacro ou sagrado. De modo específico, trata-se aqui dos nomes que envolvem o sagrado e dos santos e santas cristãos.

Para melhor analisá-los faz-se necessário comentar resumidamente sobre algumas das ciências que obrigatoriamente estão incluídas nestes estudos, como Linguística Histórica, Antropologia, História e outras.

Iniciamos pelo método onomasiológico, que foi se desenvolvendo a partir de alguns estudos como o de Brinkmann, em 1872, que trata do nome para *cavalo* nas línguas românicas e no inglês. Outro estudo também representativo foi o de Luigi Morandi que se ocupou das expressões italianas para “morrer” (1883). Depois, essa área de conhecimento foi-se ampliando e modificando.

A Linguística Histórica tem um papel importante nos estudos onomásticos, principalmente no que se refere à etimologia. Sabe-se que o objetivo principal da linguística histórica não é a etimologia, mas ela estuda também a história individual das

palavras. Uma etimologia exata é um produto importante para o trabalho da Linguística Histórica (Campbell, 2004).

A Antropologia estuda o homem e a humanidade, então ela contribui bastante com a presente análise dos hagiônimos por esses estarem ligados ao comportamento das pessoas e à cultura do povo. O termo *anthropos* (ἄνθρωπος) vem do grego e significa homem e *logos* (λόγος) pensamento.

A História é a ciência que estuda o homem no tempo e espaço, assim, ela é reconhecida como fundamental para se entender os hagiônimos. Essa ciência quer dizer pesquisa, conhecimento adquirido através da investigação. O termo *história* vem do grego antigo ἱστορία que é pesquisar.

Cada uma dessas áreas de conhecimentos contribui para esclarecer os mecanismos criados para reverenciar uma pessoa ou coisa que se tornou sagrado para um povo.

Entende-se que o sagrado é parte inerente ao homem enquanto cultura. Talvez os elementos sagrados se mostrem imperativos para o seu bem estar. Na sequência, discute-se o que é religião, sagrado e santo para o homem e como esse homem se relaciona com esses elementos no dia a dia.

Religião, sagrado e santo

A busca do homem pelo seu criador, ou por um ser que seja maior e mais poderoso que ele, leva-o ao que chamamos de religião. Essa busca se dá de modo diversificado devido à cultura e à geografia em que esse homem está inserido. Joseph Campbell (1994) detalha esse tema de modo muito claro na obra “O poder do mito”. Sabe-se que homem modifica a natureza no decorrer do tempo e também se modifica, assim também acontece com as pessoas e o sagrado.

Está comprovado que o sagrado está presente, se não em todas, na maioria das culturas. Assim, a religião parece ser essencialmente própria do homem e esta está ligada ao sagrado.

Durkheim (1954) assume que as relações sociais, ao serem produzidas, reproduzem-se por meio de rituais e símbolos. Esses ritos e símbolos são sagrados e profanos. No entanto, não entraremos no detalhamento do profano aqui, pois importa

falar do sagrado para trabalhar a ideia de santidade e sua relação entre antropônimos e hagiônimos.

O termo *religião* vem de *re-ligare*, isso é, religar, reler com visão para o alto. Pode-se entender que a religião tem como propósito levar o ser humano a seu lugar de origem. Já o termo *sagrado* vem de *sacrato*, *sacer*, *sacra*, *sacrum*. *Sagrado* é relativo ou inerente a Deus, a uma divindade, à religião, ao culto ou aos ritos e, assim, diz respeito ao que é sacro.

As expressões *santo* e *são* aplicam-se ao que está perfeito, àquele que tem saúde. No latim *sanu*, *a*, *um* aplica-se ao que é ‘são, sadio’. Por uma questão de harmonia fonética, convencionou-se usar *santo* quando o nome referente inicia-se com vogal, por exemplo, Santo André, Santo Antônio e não *São André e *São Antônio, e usar *são* quando o nome referente se inicia com consoante, São Paulo, São Pedro, e não *Santo Paulo e *Santo Pedro.

Santo é uma expressão muito antiga. Já entre os romanos se adorava um deus que chamavam de *sanctus*. Acreditava-se que ele tornava os juramentos e promessas invioláveis, além de predizer seu cumprimento. O seu nome deu-se pelo verbo *sancire*, o que é “consagrado”. *Sanctus* é o particípio passado de *sancire*, aquele que deve ser respeitado acima de tudo, resultando o termo “santo”.

Em termos etimológicos, o verbo *ser* gera *sunt* no latim, assim, *sanctus* “santo” (ct ~ t) entende-se “consagrado” (cum + sacrato). Observando os processos fonológicos tem-se: *sacrato* > *sagrado* (*k* ~ *g* e *t* ~ *d*); *santo* > *sano* (*nto* ~ *no*), *são* (*san.no* > *san.o* > *sã.o* > *são*). Esses termos remetem ao que é perfeito, ao que está além do material, ideal.

A palavra “deus” deriva do latim *dǎus*, *dei* “ser supremo”, em francês *dieu* no século IX-X, em espanhol *dios* no século X, em italiano *dio* no século XI. Nos séculos XII, XIII a forma era *deus*, no século XIV já se tem as formas *deos* e *dioses*. Pela religião e pela teologia, grafa-se essa palavra com inicial maiúscula, e assume-se que essa palavra é usada para tratar de um ente infinito, eterno, sobrenatural e existente por si só; sendo Ele a causa necessária e o fim último de tudo o que existe. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Deus>. Acessado em janeiro de 2016.

Nas religiões primitivas, *Deus* é uma designação dada às forças ocultas, aos espíritos mais ou menos personalizados; ídolo fabricado pela mão do homem ao qual lhe presta culto e lhe atribui poderes.

Nas religiões politeístas antigas, Deus é uma divindade superior aos homens e aos gênios à qual se atribui uma influência especial nos destinos do universo. Nas

religiões monoteístas, principalmente o cristianismo, Deus é o ser supremo e criador do universo. Já no catolicismo, Deus é cada uma das três pessoas distintas em um só, Pai, Filho e Espírito Santo. Entende-se que na religião, Deus é a representação figurada de uma divindade.² Outra definição para o ser Deus é EU SOU O QUE SOU que vai resultar nas iniciais YHWH em hebraico, *Y eu, H sou, W o que, H sou*.

O termo *deus* tem origem no latim, significando divindade, deidades em geral. O português é a única língua românica neolatina que manteve o termo em sua forma nominativa original, com o sufixo do substantivo em *-us*. Isso se observa nos dados a seguir:

Italiano: Dio; Espanhol: Dios; Português: Deus; Latim: Deus; Francês: Dieu

Deus e *divus* são termos latinos e $\delta\iota\omega\varsigma$ que significa divino descende do proto-indo-europeu *deiwos* que significa “brilhante/celeste”. *Dyēus* se refere à divindade principal do panteão indo-europeu, cognato ao termo grego Ζεὺς (*zeus*).³ Em outras línguas tem-se o termo partindo de **deiwos* e *deiHwos* pode se fazer uma lista comparativa para se aproximar da origem do termo *Deus* passando por diversas culturas. Em Sânscrito = Deva; Gaulês = Devos; Lituano = Dievos; Irlandês = Dia/Dé; Germânico = Tiuz; Angl- saxão = Tiw; Nórdico Týr.

O significado da palavra *deiHwos* significa “luminoso, brilhante” por derivar de **deiH* que é “brilhar”, de onde origina o termo *dies* do latim que passa a dia; também o nome indo-europeu do deus do céu, *Dye:us*; no grego *Zeus*, latim *Ju:piter*, no indiano *Dayaus*.⁴

O termo *anjo* vem do iraniano tomado de empréstimo pelos gregos *ὁ ἄγγελος*. O significado do termo é “o mensageiro”, “servidores de Deus”, “mediadores de Deus”. Derivado de *tó euaggelion* ~ *to evanguélion* => *o evangelio*. *Aggelein* (grego) “anunciar”, *ho áγγελος* “o anunciador”.

Importa aqui, após o detalhamento de termos ligados ao sagrado, tratar também dos temas economia, espiritualidade e direcionamento religioso por esses, comumente estarem muito próximos entre si. Assim, na sequência, discute-se como esses temas no

2 Informações encontradas na internet no site <http://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-origem-das-palavras-deus-e-diabo/28323>. Acessado em 4 de outubro de 2015.

3 Informações retiradas da internet no site http://pt.wikipedia.org/wiki/Deus#Etimologia_e_uso. Acesso em 4 de outubro de 2015.

4 Informações obtida na internet no site <http://mitoblogos.blogspot.nl/2006/07/2-palavra-deus.html>. Acessado em 07 de outubro de 2015

Brasil colônia foram se desenrolando e, ainda hoje, mostram-se corriqueiros na citada região, além de apontar que não diferente do ocorrido em outros lugares.

Visão político-social-econômica e religiosidade brasileira

A busca de espiritualidade é algo natural ao humano e normalmente essa busca resulta na escolha de uma religião. Essa escolha nem sempre é algo livre de um contexto histórico, social e político. Unido a esse contexto, muita das religiões tendem a levar as pessoas a uma fragilidade e infantilidade em nome de uma busca de “Deus”, de “agradar a Deus” visando encontrar ter paz ou conforto emocional. Essa busca passa a ser uma via de mão dupla, pois, ao buscar apoio emocional, arrisca-se a perder a autonomia e muita das vezes sem questionar.

A religiosidade no Brasil colônia e sua conotação político social e econômica muitas vezes mostraram-se atreladas. É comum lugares receberem nomes de santo e sabe-se que sempre há um santo que se comemora no dia que os “conquistadores” chegavam a um local.

Segundo alguns relatos dos moradores de localidades históricas de Goiás e Tocantins, os “conquistadores” até definiam o dia de “descobrimento” para ser o dia do santo que eles desejavam e assim o escolhiam. Isso permitia que tal localidade tivesse o nome daquele santo. Esse, por sua vez, viria a ser devotado pelo povo. Assim, criava-se um festejo tradicional e ele tornava-se o santo padroeiro dessa localidade.

Importa acrescentar que fazia parte da bagagem dos “descobridores” uma imagem de santo que levavam para esse lugar que seria “descoberto”. Outras vezes, buscavam ou mandavam vir uma imagem para marcarem o lugar. Esse fato passa a nortear também a religiosidade das pessoas desse lugar.

No estado de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Tocantins, tiveram como “acelerador do progresso” os bandeirantes e outros particulares vindos de São Paulo ou mesmo de Portugal. O propósito desses era buscar pedras preciosas e não o desenvolvimento da região. A maioria das cidades históricas desses estados foram criadas devido ao minério que havia na região.

No caso de Goiás e Tocantins, o direcionamento religioso é claramente constatado e confirma-se que a religião era pautada pelas pessoas que chegaram à região

e decidiram por explorá-la. Essa afirmação fica evidente ao observar-se como sugeriram os povoados desses estados e as suas festividades religiosas.

Observou-se, no decorrer das pesquisas nesses estados, que a metodologia usada era quase sempre a mesma. Assim, após confirmarem que havia riquezas naturais, normalmente minérios, decidiam por explorá-los. Então, eles se fixavam na localidade com um grupo de pessoas que já os acompanhavam para trabalhar.

Cada grupo de explorador era comandado por um líder. Esse, muitas vezes, ao tomar posse do lugar doava um terreno para a construção de uma capela ou igreja. A escolha do santo a ser cultuado na localidade, como mencionado, muitas vezes já estava estabelecida por aquele que chefiava o grupo. Isso é extremamente funcional, pois, dessa forma, garantia a manutenção daquelas pessoas que vieram com ele e ainda atraía outras para a localidade.

Com o passar do tempo, muitas dessas localidades aumentaram o número populacional e tornaram-se um lugar opcional para alguns “sem opção” trabalharem. Assim, fica evidente que esses lugares reproduziram a estrutura econômica onde uns são os “donos”, que são aqueles que foram para lá explorar riquezas naturais com o intuito de enriquecerem-se mais, e outros, menos abastados, que iam para lá para sobreviver e contribuir com aqueles já abastados.

Ao considerar a religiosidade como preestabelecida pelos “donos” do lugar, fica transparente que é fora de contexto um povo questionar a escolha de santo para se venerar. Isso fica mais impossível ainda quando os festejos religiosos passavam a tradicionais. Assim, as crenças do povo desses lugares davam-se com base nos símbolos religiosos preestabelecidos por aqueles que decidiram ficar ali e não pelos que tiveram que ficar ali. Isso parece natural, todavia, esses dois fatores desencadearam uma diferença socioeconômica muito grande. E, com o passar do tempo, essa situação vai se reforçando até todos dali considerarem também natural essa dominação econômica, social e política. Acredita-se que os símbolos religiosos, não só podem direcionar a crença da localidade e região, mas também podem pautar o comportamento dos que vivem ali.

Hoornaert et al. (1974) diz que

Na realidade o cristianismo católico é um elemento característico e caracterizante da sociedade na qual vivemos e só conseguiremos entender claramente a cultura cristã que nos foi legada pelo passado se estudarmos como ela funciona no conjunto da vida no Brasil português, quais foram as

articulações com elementos de ordem econômica, política ou social.
(Hoornaert, 1974, *apud* Matos, 2011:314).

As pessoas de cidades históricas fundadas ou não por bandeirantes que pesquisamos disseram que seu santo protetor passou a sê-lo a partir das informações de seus avós ou parentes que, por sua vez, tinham por base o santo padroeiro da localidade em que viveram. Muitas vezes, eles são também os nomes das cidades, os hagiopônimos.

Com essa informação, pode-se verificar que o povo geralmente segue seus santos de modo tradicional. Então, vê-se como relevante discutir o significado do nome dos santos (hagionimos) e suas histórias apoiadas em estudos teológicos, etimológicos, religiosos e outros. Durante as pesquisas, pode-se aumentar a curiosidade nas pessoas sobre os hagionimos e levá-las a uma determinada satisfação quando informadas de algumas particularidades reveladas nesse tipo de estudo que segue.

Hagionimo

Para abordar os nomes dos santos, os hagionimos, importa analisar o nome mais reverenciado pelos cristãos, *Jesus Cristo*, que revela algumas novidades que os estudos teológicos trazem de modo científico. Em seguida, trata-se dos hagionimos relacionados a Nossa Senhora, depois dos de outros santos, incluindo, Padre Cícero, pela grande influência que este teve e tem no Nordeste e no Brasil. Isso acontece mesmo este não sendo canonizado pela Igreja Católica Apostólica Romana.

a. Jesus Cristo

O nome *Jesus* em latim é *Iesus*, *Iesous* em grego. Em hebraico *Yeshua* significando “salvador”⁵. *Josué* era um nome comum entre os judeus. *Yeshua* e sua versão tardia é *Yehoshua*, com adaptação resultou em *Josué*.

O termo *Cristo* em grego *Khistos* significa “o ungido”, *Khistos* do grego clássico “coberto de óleo”, “untado”, “algo espalhado na pele”, neste caso era óleo. A expressão *cristo* era escrito *Xto* [ic.tyó] que significa “peixe”⁶. Em grego “Ichths” era usado como um signo secreto pelos cristãos entre os pagãos. “ICHTHS” correspondem a *Iesous*

5 Em <http://etimologias.dechile.net/?Jesus>. Acesso em 15/09/2015

6 Em <http://hridiomas.com.br/origem-da-palavra-peixe/>. Acesso em 12 de novembro de 2015

Christòs Hyos Soter, (Jesus Cristos Filho de Deus, Salvador). *Cristo* é referente a um título, messias. Em hebraico é *mashiah* de *mashah* que é messias, que por sua vez significa untar, ungir, também encontra a tradução “aquele que foi ungido com azeite para ser declarado rei”⁷.

Muito antes da época de Jesus, uma pessoa, para se apresentar à divindade, deveria “estar limpo”. Isso quer dizer que se fazia uma limpeza corporal refinada na pele da pessoa. Essa limpeza era feita passando-se óleos finos na pele, depois o retirava com um instrumento de metal recurvo. Depois disso, a pessoa estava “limpa”, “untada”, “ungida”.

b. Anjos

Os textos apresentam de forma mesclada quando tratam de anjos e arcanjos. Pelos textos bíblicos, são apresentados três anjos e um arcanjo que são Samuel, Rafael e Gabriel e o arcanjo, Miguel. Já nos textos apócrifos são citados sete anjos, além dos três mencionados têm mais quatro que são Uriel, Sealtiel, Jehudiel, e Barachiel.

Vale ressaltar que em textos gerais falam como arcanjos todos os anjos. Mas pela Igreja, só Miguel é arcanjo e os demais são anjos. Seguem a etimologia dos nomes dos três anjos:

Samuel (Hebraico) *Shamah* – verbo ouvir, “o que escuta (o Senhor) Deus”;

Rafael (Hebraico) “r” e “f” significa curar/sarar, “medicina de Deus”;

Gabriel (Hebraico) significa força, “quem está na força de Deus”;

Os anjos todos tem o final *el*, que em hebraico significa estar pelo Senhor, com o Senhor e no Senhor. “El” é “Senhor”, nome de deus semítico, usado para anjo e arcanjo enquanto “ser do Senhor”. Assim, *Uriel* em hebraico é אוריאל, *Uri'el*, em hebraico tiberiano *Ūrî'ēl* “chama de Deus” ou “Deus é luz” (Born, 1977:74).

De modo mais detalhado, apresentamos um estudo de um dos quatro hagiônimos de anjos citados nos textos apócrifos, a título de curiosidade, por ele ser um antropônimo de uma celebridade muito conhecida. Entretanto, esse hagiônimo é tão raramente usado como antropônimo quanto os demais. Então, só a título de ilustração, apresenta-se o hagiônimo *Barachiel* significando “que tem as bênçãos de Deus”. Assim, têm-se:

Barachi-el ~ *Barbabi-el* ~ *Baraq-el* ~ *Barak-el* ~ *Parachi-el* ~ *Varachi-el*.

⁷ Em <http://etimologias.dechile.net/?Jesus>. Acesso em 7 de outubro de 2015

c. Arcanjo Miguel

Nos escritos rabínicos descrevem “(...) Miguel e seus anjos” combatendo o mal. Nos termos judaico e cristão ele é o principal dos anjos. O termo *arcanjo* é hebraico *arc-* definido como *arché* + *anjo*. *Arché* é começo, princípio e *anjo* já foi discutido anteriormente. O hagiônimo *Miguel* é analisado como *mi-* é “o que é” e “quem é”. A escrita hebraica não tinha sinais de pontuação, algumas palavras traziam consigo um significado inquisitivo, como é o caso de “*mi-*” e *ka-* é “como”, “similar”.

A forma *Miguel* (Hebraico) é “quem assemelha a Deus”, em português é “aquele que está na frente”, “quem é de Deus” (Born, 1977:989). As várias formas encontradas são *Miguel* ~ *mica-el* ~ *mich-el* ~ *mika-el* ~ *mija-el*.

d. Santa Maria (Nossa Senhora)

Comumente se conhece Nossa Senhora por vários nomes e títulos, sendo alguns como *Ave Maria*, *Virgem Maria*, *Virgem Santíssima* e alguns outros que são relatados abaixo, mas importa dizer que na linguagem popular esses nomes sofreram transformações que os tornaram quase irreconhecíveis.

Só para ilustração, *ave* ~ *áfi* ~ *áf*; *virgem* ~ *víge* ~ *víxi* ~ *vix*. Essas expressões hoje já estão quase que totalmente desassociadas da origem religiosa que é voltada a Nossa Senhora, como se constata nos *bate-papos* na internet e nos diálogos entre os pesquisados e roda de jovem. Na sequência, apresentam-se alguns dos nomes e títulos que essa santa recebeu.

Só a título de constatação, o antropônimo *Maria* é, sem discussão, o nome mais comum em Goiás e no Brasil como um todo. Há uma fala de um informante que diz “*Maria* não é nome, é prefixo”. Isso reforça a afirmação de que tal nome é abundante, e mais, que a maioria das mulheres que traz esse nome, ele é o primeiro ou o segundo, e sempre é acompanhado ou acompanha um dos vários nomes de Nossa Senhora. Por exemplo, *Maria Aparecida* ou *Aparecida Maria*.

d.1 Nossa Senhora do Rosário ou Nossa Senhora do Santo Rosário

Título recebido pela aparição de Nossa Senhora a São Domingos de Gusmão, em 1208, na igreja de Prouille, quando lhe dá o rosário. *Rosário* se refere a uma coroa de 150 rosas brancas. Daí surge o termo *terço* que representa a terça parte do rosário.

No ano de 800, os monges rezavam os cânticos religiosos (os saltérios) que são compostos de 150 salmos. Os leigos, que eram em sua maioria analfabeta, passaram a

rezar 150 Pai Nossos no lugar dos salmos. Eles usavam uma bolsa com 50 pedrinhas para rezarem. Com o passar do tempo, usaram um cordão com 50 nós e um nó maior depois dos pequenos para saberem que já haviam terminado de rezar, e o repetia três vezes, concluindo o rosário. Em 1365, fez-se uma combinação dos saltérios dividindo-o em 15 dezenas e colocando um Pai Nosso no início de cada dezena. Informações obtidas em <http://www.acidigital.com/rosario/surgio.htm>. Acessado em 20 de novembro de 2015.

d.2 Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

No Brasil colônia, os negros escravos e forros (séc. XVII) passam a venerar Nossa Senhora do Rosário num altar da Sé da Bahia, em Salvador. Os negros se organizavam em grupos para se solidarizarem entre si, conhecidos por irmandades ou confrarias.

Formalmente, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi constituída em 1685. As irmandades negras eram associações religiosas leigas que promoviam “entre seus membros a partilha e a proteção recíproca.” (Matos, 2011:149). Elas eram também um meio de reivindicação e proteção de seus integrantes, além de ser um espaço em que podiam viver seus cultos e se sentirem promovidos social e religiosamente.

A padroeira da população negra no Brasil é Nossa Senhora do Rosário e é celebrada através das congadas. Nesse evento, eles se vestem de reis e rainhas.

Na época passada, 1685, e ainda na atualidade, eles ostentavam o distintivo de ‘irmão’ e participam nas procissões dos brancos com lugar ‘oficial’. Isso garantia sua igualdade perante os brancos.

No que se refere ao uso do hagiônimo *Rosário* para antropônimo, sabe-se que é muito usado na região de Goiás. No entanto, chama a atenção para um fato: quase todas as mulheres que têm esse nome, e de faixa etária de 55 anos de idade para abaixo, demonstram não gostar de seu nome. Elas, então, omitem-no assumindo um apelido, ou só se apresentam como *Maria*.

d.3 Nossa Senhora do Carmo ou Nossa Senhora do Monte Carmelo

Esse hagiônimo surge quando um convento é construído em homenagem a Nossa Senhora no Monte Carmelo, em Israel. A característica dela é a devoção ao escapulário que teve início com São Simão Stock, entre os anos 1230-1250, quando Nossa Senhora deu um escapulário para esses religiosos que moravam no convento

usarem para se defenderem. “Escapulário” vem de *scapularium* do latim tardio “que cobre as espáduas (ombro)”. <http://www.basilicadocarmocampinas.org.br/origem.htm>. Acessado em 20 de novembro de 2015.

Esse antropônimo é bastante comum entre as pessoas com idade acima de 50 anos. Normalmente, elas são chamadas por *Ducarmo* e demonstram aceitar ser esse seu nome naturalmente. Às vezes essas mulheres substituem *Ducarmo* por *Carmen*, mas constatou-se que, na maioria das vezes, elas até consideram honroso de assim serem chamadas. Mesmo assim, é perceptível que nenhuma das entrevistadas vê seu nome relacionado ao hagiônimo *Nossa Senhora do Carmo*.

d.4 Nossa Senhora Aparecida

A história de Nossa Senhora com o título de *Aparecida* inicia-se na segunda quinzena de outubro de 1717, quando em Guaratinguetá-SP pescadores não conseguiam pegar peixes. Estando eles já exaustos, passaram a rezar pedindo ajuda a Nossa Senhora. Então, ao lançarem a rede, pegam uma imagem de figura feminina sem a cabeça, pescam a cabeça dessa imagem quando lançam a rede novamente. Logo tentaram pescar e conseguiram pegar uma enorme quantidade de peixe.

Após esse evento no rio, ela passou a ser uma das mais veneradas santas no Brasil. Muitos milagres são atribuídos à intercessão dela, inclusive, ela é a padroeira do Brasil.

O termo “aparecida” é um hagiônimo que passou a ser muito popular no Brasil, tanto para antropônimos quanto para antropotopônimos. Esses não ficam relacionados ao verbo “aparecer”, eles são usados referindo-se exclusivamente ao hagiônimo.

Uma curiosidade é que *Maria Aparecida* é o nome feminino mais usado no Brasil, segundo o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), na estatística de 2014.

Para o povo, esse nome remete a uma santa negra. Os não católicos que têm nome de *Aparecida* chegam a dizer “Eu detesto esse meu nome, ele me faz lembrar aquela negrinha”.

Importa chamar a atenção de que, apesar de muito conhecida pelos brasileiros, os pesquisadores demonstraram não saber que a imagem é de cor negra pelo tempo que ficou perdida nas águas do rio. Os brasileiros, em sua maioria, referem-se a Nossa Senhora Aparecida como uma santa negra, mas como ela é a mãe de Jesus, deve haver a compreensão de que não pode ser de pele muito escura.

d.5 Nossa Senhora do Ó

Nossa Senhora recebe esse nome baseado na exclamação ou suspiro *oh!*. Antes era “Nossa Senhora de Expectação do Parto da Beatíssima Virgem Maria”. A devoção surgiu em Toledo, na Espanha.

Esse hagiônimo só é aplicado a topônimos, como por exemplo, *Freguesia do Ó*, em São Paulo. Nossa Senhora com esse hagiônimo é devotada também nas igrejas do Nordeste, mas no estado de Goiás não se tem notícia de devoção a ela.

d.6 Nossa Senhora de Guadalupe

O nome *Guadalupe* passou a ser difundido no Brasil mais recentemente, por ela se tornar a padroeira da América de Sul. A motivação foi política e social, por ela mostrar a necessidade de repensar a realidade dos índios marginalizados da América.

Esse nome é dado a Nossa Senhora por ser o nome do lugar onde está colocada a túnica com a estampa de Nossa Senhora. Essa túnica está preservada até os dias atuais, o que chama a atenção de muitos cientistas, além da pintura que está impressa nela.

Segundo relatos históricos, em Tepeyac, no México, em 1531, um índio vê uma senhora que pede para falar para o bispo fazer uma capela para ela. Mas o bispo só acreditou nessa fala quando o índio levou umas flores que a senhora mandou para ele.

O bispo passa a acreditar na fala do índio porque as flores não eram daquela região e a túnica desse índio estava pintada com essas flores e com a imagem de Nossa Senhora. Isso deixou até mesmo o índio surpreso porque não tinha nada desenhado em sua túnica antes de estar diante do bispo.

Esse hagiônimo não foi encontrado na região centro-oeste, nem em outras regiões brasileiras. O que se sabe é que ele é mais comum entre os índios do Peru e México.

d.6 Nossa Senhora Desatadora dos Nós

Em 1700 surge a devoção na cidade de Ausburgo, na Alemanha, quando um pintor faz um quadro de 1,10 metros de largura por 1,82 metros de altura. Esse pintor se inspirou na meditação feita por um bispo de Lyon, em que faz um paralelo com o que São Paulo fala sobre Adão e Eva dizendo que “Eva, por sua desobediência, atou o nó da desgraça para o gênero humano; ao contrário, Maria, por sua obediência, o desatou!”.

Esse é outro caso de hagiônimo que não passou a ser usado como topônimo e muito menos como antropônimo. Ele é muito comum denominando uma santa devotada pelo povo de Goiás e reverenciada nas igrejas da região.

d.8 Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Refere-se a um quadro tradicional bizantino ligeiramente modificado pelo estilo medieval. Nele está a pintura de Nossa Senhora com o menino Jesus nos braços. Ele está expressando susto e tem a sandália do pé direito arrebatada. Ele segura o polegar direito da mãe e olha para o Anjo Gabriel que está com a cruz.

Essa ilustração do quadro retrata uma história popular que se tornou uma novena bastante conhecida pelos católicos. O nome Perpétuo Socorro é relacionado ao socorro que Nossa Senhora demonstra ter dado a seu filho que passa por um apuro e representa que para sempre socorrerá também o povo.

Socorro é muito usado como antropônimo nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As mulheres que receberam esse antropônimo têm por apelido *Corrinha* que normalmente faz parte do nome *Maria do Socorro*, mas é costumam omitir o *Maria* por ser muito comum.

d.10 Nossa Senhora da Penha

Um monge sonha com uma imagem enterrada em uma serra de nome *Penha*. Conta a lenda que ela foi escondida lá por ocasião de uma guerra entre franceses e muçulmanos. A montanha se chamava assim por ser uma espécie de penhasco, por isso também nomeou a imagem de Nossa Senhora. O local é chamado Penha de França, no norte da Espanha.

A imagem que o monge havia sonhado era uma senhora com um menino no colo. Com ajuda de alguns moradores da região, ele encontra a imagem e reconhece ser Maria com o menino Jesus no seu colo.

Outro hagiônimo que não está sendo usado como antropônimo, salvo alguns poucos para pessoas com idade acima de 50 anos, mas Nossa Senhora da Penha ainda é referência de festa religiosa no interior de Goiás.

e. Santos Reis

Esses santos são muito populares em Goiás e Minas Gerais se tomá-los pelos eventos que acontecem em homenagem a eles como é o caso da “Folia de Reis”.

Inclusive, há bastantes antropônimos por causa dos hagiônimos dos Santos Reis, conhecido como os reis Magos. Na língua coloquial são *reis Mago*.

Belquior, Gaspar e Baltazar são os hagiônimos dos magos mencionados no evangelho de São Mateus. Segue a análise etimológica e as variações desses três hagiônimos:

Belquior ~ *Belchior* ~ *Melquior* ~ *Melchior* “meu Rei é luz”; no português coloquial tem-se *Belchor* ~ *Belchó* ~ *Berchor* ~ *Berchó* ~ *Brechó*.

Gaspar “aquele que vai inspecionar”; de origem persa *Kansbar* é administrador do tesouro. Esse hagiônimo em alemão é *Kaspar* e *Kasper*, em holandês encontra-se como *Caspar* e *Kasper*. Em português, esse antropônimo é pouco comum e quando se encontra é como *Gaspá*.

Baltazar “Deus manifesta o Rei”. Origem assíria, *Bel-šarru-usur* é “Deus protege o Rei”.

Esse hagiônimo é usado como antropônimo pouco popular entre os povos de Goiás, salvo em alguns casos de filhos de mineiros que vieram para Goiás e esse foi encontrado como *Batazal*. Claro que é um tipo de equívoco do escrivão que trocou o “r” por “l” e apagamento do “l”.

f. São Pedro

Simão era o nome de um dos apóstolos de Jesus, mas ele passou a chamar-se *Pedro*, depois *Pedro Apóstolo* em hebraico כִּיפָא, em grego Πέτρος, *Pétros*, “pedra”, “rocha grande e maciça”. Cristo muda seu nome para כִּיפָא, *Kepha* (*Cefas* em português) em aramaico, em latim como *Petrus*, “petra” com o mesmo significado.

Esse hagiônimo é muito difundido como antropônimo em todas as regiões do Brasil. Inclusive, São Pedro é um dos santos mais populares e é um dos santos homenageados das festas juninas. Essa festa é parte do folclore nacional, que é realizada até nas escolas, além das paróquias.

g. São Benedito

O Mouro, o Africano, o Negro e também São Benedito. Nasceu na Cecília em 1524, na Itália, filho de escravos da Etiópia. Seu nome, *Benedito* vem do latim *benedictus*, *a, um* significa “bem dito”, “louvado”, particípio passado de *benedicere*.

É um santo bem venerado no interior de Goiás, mas o seu hagiônimo é encontrado como antropônimo para a geração mais antiga. Quem tem esse antropônimo

toma por apelido *Dito*, ficando na linguagem coloquial apenas *Ditu*, *Ditinho* ou *Binidito*. Também é usado para referir a situações difíceis, complexas, como indica a expressão “*será o binidito?*” na fala popular.

h. São Expedito

O termo “expedito” vem do latim *expeditus*, uma corruptela de *elpidius*. *Spedito* significa “enviado”. Vem de “expedir”, significando também mandar, enviar, despachar. Em italiano *Spedito* quer dizer despachado, o que vai ser enviado com urgência ao seu destino.

Há muitas versões sobre a história desse santo, uma delas é que ele era um militar do exército romano da infantaria ligeira; outra versão é a de que ele era responsável pela entrega de correspondências e nunca deixava de cumprir essa tarefa com rapidez. Ele era armênio e foi morto em 19 de abril de 303.

Ainda é muito usado como antropônimo no estado de Goiás e muito venerado pelos leigos. É comum encontrar muitos panfletos desse santo nos bancos das igrejas com sua oração. Isso é feito como uma forma de pagar pela graça recebida ou que está pedindo.

i. Padre Cícero

Cícero Romão Batista, brasileiro, nascido Crato no Ceará, foi sacerdote em Juazeiro do Norte, cidade também no Ceará. Ele é conhecido como *Padre Cícero* ou *Padrinho Cícero*, na fala coloquial *Padim Cição*.

Em 1871, ele foi convidado para celebrar a missa do Galo no povoado de Juazeiro, voltando no ano seguinte, com 28 anos de idade, para ficar no povoado. A motivação de sua volta foi uma visão, ou sonho, em que ele viu Jesus Cristo e os doze apóstolos sentados numa mesa. Nesse momento, entra uma multidão de pessoas pobres e ele entendeu que essa multidão era de retirantes nordestinos. Padre Cícero disse ainda que Cristo, virando-se para essas pessoas, ordenou-o que tomasse conta delas, e assim ele o fez. Envolveu-se com os pobres e aceitou ser padrinho de cada um que lhe pedia ajuda. Por isso, ele ficou conhecido por *Padrinho Cícero*, ou seja, *Padim Cição*.

Cícero é um antropônimo muito comum em todo o Brasil, sendo todos, sem exceção, motivados pelo nome do Padre Cícero, pois ele é assumido pelo povo como santo, independentemente da decisão da Igreja Católica.

Neto (2009) relata os milagres que ele fez em vida, sua expulsão da Igreja e a obediência dele à Igreja até sua morte, e inclui documentos em que o clero assume não aceitar os feitos do Padre Cícero. O autor diz

A esse respeito, uma sentença historicamente atribuída a Pierre-Auguste Chevalier, o ex-reitor do Seminário da Prainha, resume toda a questão. O velho sacerdote francês, destituído do cargo desde a revolta dos seminaristas, ainda acumularia as disciplinas de moral, liturgia e direito canônico. Já praticamente cego, maltratado pelo reumatismo e por outros males da idade, Chelier era uma espécie de conselheiro informal da diocese. Para ele, sobre aquele assunto de hóstias que sangravam e se transformavam em carne em pleno Cariri, só uma coisa podia ser dada como certa: Nosso Senhor não iria deixar a Europa para fazer milagres no Brasil. (Neto, 2009:108).

Essa discussão aparece no capítulo 5, onde o autor discute esse tema “Bispo decreta investigação: Deus sairia da Europa para fazer milagre no Agreste?”, instigando ao questionamento de que o Senhor se interessaria por aqueles que já são assumidos “bem sucedidos” no mundo.

j. São Paulo

São Paulo era *Saulo*, em hebraico *Sha'ul*, em grego antigo *Saul*, *Saulos* nome relacionado ao rei Saul, rei de Israel que foi sucedido pelo rei Davi da tribo de Judá. *Saulus* significa descendência ligada ao rei Saul e *Paulus* significa o menor. Em grego *paulos*, em latim *paulus* ou *paullus* que significa baixo, curto.

Das várias versões dessa mudança, uma delas é a de que ele desejou se distanciar da história do Rei Saul, que perseguiu Davi. Depois de conhecer Jesus Cristo, entendeu que ele é muito pequeno.

Esse hagiônimo é sempre usado como antropônimo. Ele se refere a um santo muito venerado pela igreja e pelos fieis. Esse é um hagiônimo extremamente respeitado em toda a região Centro-Oeste, Norte e Sudeste.

Considerações finais

Estudar alguns dos hagiônimos mais comuns em Goiás e no Brasil exigiu a inclusão de termos relacionados ao sagrado e discutir o contexto religioso no Brasil

colônia. Os termos incluídos neste estudo são alguns daqueles mais usados pelo catolicismo. Eles são *santo, Deus, anjo, Jesus Cristo* e outros.

Os hagiônimos foram analisados etimológica e historicamente. Constatou-se que muitos deles têm um significado interiorizado à expressão, por exemplo, São Paulo “o menor de todos”, São Pedro “pedra”, *Cristo* “ungido” e outros. No que se refere a expressão para se referir a Deus, viu-se que são várias, uma delas é YHWH uma abreviatura do hebraico *Y eu H sou W o que H sou*.

Quanto ao hagiônimo *Nossa Senhora*, ele se manifesta de muitas formas. O processo mais comum é receber acréscimo de um topônimo, por exemplo, *Nossa Senhora de Fátima, da Penha, de Lourdes* e outros.

Há casos bem numerosos de acréscimo ao hagiônimo *Nossa Senhora*, expressões outras como *da Boa Morte, do Perpétuo Socorro, do Oh!, das Graças, Aparecida, Auxiliadora* e outros. Há também outras expressões acrescentadas a esse hagiônimo como *do Rosário, da Medalha Milagrosa, Desatadora dos Nós* e assim por diante.

Durante as pesquisas sobre a colonização do Brasil, em específico, sobre os estados de Goiás e Tocantins, compreendeu-se que dos hagiônimos tomados por antropônimos no passado, poucos sobreviveram ao tempo. Assim, apesar de haver constatado o direcionamento da religiosidade dos lugares colonizados, confirmou-se que a cada dia esse acontecimento vem, naturalmente, se enfraquecendo. Nos últimos anos, nota-se um descarte de algumas tradições quanto ao processo de nomear como o enfraquecimento dos hagiônimos em tornarem-se topônimos.

O relevante desse estudo foi a constatação de que a maturidade do povo leva a mudanças irreversíveis em várias situações, por exemplo, na aceitação de topônimos e mudanças de antropônimos. Isso se confirma pela preferência de um antropônimo em detrimento de outros para seus filhos e na omissão do próprio nome substituindo-o por um apelido. Inclusive, alguns casos de aparente hagiônimo. Por exemplo, o aeroporto de Goiânia se chama *Santa Genoveva* por pedido do dono do terreno que ao tê-lo doado para tal fim fez a exigência que colocassem o nome de sua mãe, que era *Genoveva*.

Essas e outras afirmações pautam-se nas pesquisas feitas na região que levaram os pesquisados a repensarem o processo de criação de povoados e cidades nos estados de Goiás e Tocantins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Born, A. Van Den. 1977. *Dicionário enciclopédico da bíblia*. Rio de Janeiro: Vozes Ltda.

Brito, A. N. 2003. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Campbell, L. 2004. *Historical Linguistics: an introduction*. Cambridge. The MIT Press.

Campbell, J. 1990. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena.

Dick, M. V. P. A. 1992. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3ed. São Paulo: FFL/USP.

Hamilton, Peter (Ed.). 1995. *Durkheim: Critical assessments. Second Series, v.6*. London, New York: Routledge.

Hoornaert, E. 1974. *Formação do catolicismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes.

Neto, L. 2009. *Padre Cícero: fé e guerra no sertão*. São Paulo: Companhia das Letras.

Matos, H. 2011. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. t.1. Período Colonial. 3.ed. São Paulo: Paulinas.

<http://hridiomas.com.br/origem-da-palavra-peixe/> <Acesso em 12 de novembro de 2015>

<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=lagol%C3%A2ndia+go> <Acesso em 1 de setembro de 2015>

<http://santo.cancaonova.com/santo/martirio-de-sao-joao-batista-o-ultimo-e-maior-dos-profetas/> <dia 1 de setembro de 2015>

<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=padrinho+cicero+juazeiro>

<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=s%C3%A3o+expedito>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_de_Tarso <dia 1 de setembro de 2015>

<http://www.basilicadocarmocampinas.org.br/origem.htm>

GRAUS DE MOTIVAÇÃO E TOPONÍMIA MARANHENSE

Maria Célia Dias de CASTRO⁸

RESUMO

Os estudos sobre a motivação são bastante remotos. Mais recentemente, há a noção proposta por Saussure (1916) que assegura que não existe língua em que nada seja imotivado, assim como não existe língua em que tudo seja motivado. A motivação, para Guiraud (1986), é um dos caracteres fundamentais da palavra, e está dividida em duas classificações: interna, quando tem a fonte dentro do sistema linguístico, como a motivação morfológica *banana > bananeira*; e externa, quando tem como fonte uma relação entre a coisa significada e a forma linguística: fazenda *Brejo da Onça*. Segundo Biderman (1998), nomear é utilizar palavras para designar os referentes extralinguísticos, atividade essa resultante de um processo de categorização específico do homem. Neves (2004) afirma que há relação entre as categorias linguísticas e as categorias cognitivas, do que decorre uma relação indicial, icônica ou simbólica mediando esses sistemas. Na análise do trabalho de Castro (2012), Solís Fonseca (2012) afirma que ali aparece claramente uma noção de gradação da motivação. Com base nesses pressupostos, este trabalho visa discutir sobre graus de motivação na nomeação dos lugares maranhenses; propomos um princípio de regularidade bastante motivado com graus de motivação para os topônimos, em que essa motivação tem a ver com relações de semelhança, contiguidade e relações simbólicas. A metodologia parte da análise semântica de topônimos maranhenses e tenta perceber essa gradação. Os resultados demonstram que os topônimos representam prototipicamente diferentes esses graus de motivação e que sua grande variedade de classes reflete a complexidade conceptual desse conjunto de nomes próprios.

PALAVRAS-CHAVE: Graus de Motivação; Escolha; Toponímia Maranhense.

Introdução

⁸ CASTRO, Maria Célia Dias de. Professora da UEMA, Centro de Estudos Superiores de Balsas, Departamento de Letras. Endereço: Rua Bernardino Castro, 98, Flora Rica, CEP.: 65.800-000, Balsas-MA, Brasil. E-mail: celialeitecastro@hotmail.com.

Uma pesquisa sobre os topônimos maranhenses (Castro, 2012) possibilitou um contato direto com os nomes, com os próprios lugares pesquisados e com os informantes colaboradores, detentores estes de maior conhecimento linguístico-cultural sobre estes lugares, já que neles habitavam. No informe sobre essa pesquisa, Solís Fonseca (2012) observa a respeito da arbitrariedade ou não, do grau de arbitrariedade ou de não arbitrariedade, que “é uma discussão levantada na tese, que reconhecemos de bastante importância conceptual, pois em primeiro lugar se enfrenta uma questão básica na caracterização dos signos linguísticos tal como o estipula Saussure” (Solís Fonseca, 2012: 2). Assim, ao discorrer sobre a natureza dos topônimos maranhenses, passou-se a observar mais atentamente o processo *sui generis* da motivação no processo denominador dos lugares, com base nos aspectos morfossemânticos dos topônimos e nas informações obtidas pelos informantes. Ainda assim, muitos questionamentos permaneciam sem resposta: O que subjaz linguisticamente a esse processo na motivação dos nomes? Em que estágio do *continuum* na dinâmica da evolução do nome a transparência se revela? Se os topônimos maranhenses possuem, em sua maioria, significação transparente, até que ponto ocorre uma gradação da motivação?

Nesse sentido, o foco principal de discussão recai não exatamente sobre a natureza do signo toponímico, se arbitrário⁹ ou não, mas sobre o grau de motivação que envolve a escolha desses nomes. Para responder a esses questionamentos procurou-se primeiramente entender a correlação palavra-signo e nomes próprios. Em seguida, discutimos a natureza dos topônimos, a motivação e toponímia e as inter-relações das motivações com os icônimos. Discutimos os graus de motivação com base nos postulados de Saussure para, finalmente, apresentamos as considerações finais.

1 Palavra, signo, nome próprio

A palavra possui caráter multifuncional e dentre todas as suas funções, as mais básicas são a cognitiva e a comunicativa. A cognitiva, tendo em vista que por meio dela o homem pode conceituar, medir, apreciar, identificar, analisar, enfim, classificar as

9 A questão da caracterização do signo linguístico como arbitrário ou não, do grau de arbitrariedade, é uma questão já discutida em Castro (2012), em que reconhecemos a motivação como princípio conceptual fundante, na escolha dos topônimos.

coisas do mundo. A outra função seminal da palavra é a de comunicar. Por meio da função comunicativa da palavra o homem pode afirmar, questionar, explicar, mentir, apontar, referir entre tantas ações que ela que possibilita.

A categoria mais relevante que possui a palavra é a que a define como signo linguístico. Este, por sua vez, também possui uma dupla função, primeiramente, a *cognitiva*, que torna possível individuar, classificar, reassumir e evocar o referente que é designado pelo signo; a outra função é a *comunicativa*, que o classifica enquanto natureza fônica e silábica (Alinei, 2009), no ato de interação verbal.

Biderman (1998: 88) afirma que “é a partir da *palavra* que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas. A denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem”. Segundo essa autora, esse é um ato, específico da espécie humana, resultante do processo de categorização, em que “entende-se por categorização a classificação de objetos feita por um sujeito humano, resultando numa única resposta a uma determinada categoria de estímulos do meio ambiente” (1998: 88).

Outra categoria da palavra é a sua classificação como nome, em que este resulta do processo de lexicalização. O nome é a categoria linguística por meio da qual se designa uma classe de seres: coisas, pessoas, animais, um lugar, um acidente geográfico, entre outros seres. Os nomes próprios, entendidos como ‘etiqueta’, são signos cuja função principal é designar e identificar individualmente seres de existência real ou não. No processo de lexicalização desses nomes, a saber, no momento da gênese por meio das escolhas paradigmáticas, são ressaltados traços representativos salientes percebidos pelos indivíduos e pela comunidade denominadora. Dentre as categorias de nome, os nomes próprios são aqueles que referem não uma classe de coisas, de pessoas, de animais, mas os que nomeiam/designam e identificam um objeto específico, seja uma pessoa, uma entidade geográfica, uma instituição, e o individualiza exatamente por meio desse nome. A característica principal desse conjunto de nomes é a de individualização dos respectivos referentes do mundo (real ou imaginário) que são representados no ato comunicativo de evocação. É para isso que os utentes da língua usam esses nomes. A relação entre o nome próprio e a coisa referida, que podem ser os seres humanos, os lugares, atribui a esses caráter identitário exatamente pelo fato de o nome ser identificado como próprio daquilo a que ou a quem refere. Na denominação dos lugares, os topônimos individualizam esses lugares, representam-nos, identificam-nos, tornam-se próprios desses lugares.

2 Os topônimos

No Gênesis, o ato posterior ou mesmo concomitante ao da criação do mundo é o da nomeação das coisas que o compõem, e a motivação implícita para esse ato é a significação/identificação necessária dessas coisas para que o homem possa interagir com elas. Obviamente que não são os nomes que fazem gerar as coisas, mas que melhor as tornam conhecidas, evocadas, referidas, identificadas e também dominadas, que lhes dão maior visibilidade. Sem o nome, os seres (pessoas, lugares, instituições) parecem opacos. Da utilização do nome para representar esses seres decorre a denominação ou designação. O nome é, pois, uma designação linguístico-material que se atribui ao referente (objeto, pessoa, lugar), no intuito de situá-lo no mundo extralinguístico, de dar-lhe vida por meio da conceituação linguística, tendo em vista que aquilo que não possui nome pode passar despercebido por não se efetuar diretamente a sua evocação.

O ato de nomeação é também um ato de classificação dos referentes e “a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo” (Biderman, 1998: 91). Tão importante quanto essa afirmação, é o fato de que o ato denominador proporciona ao indivíduo que se aproprie do real, isto é, ele denomina e domina, simultaneamente.

Segundo Biderman (1998), nomear é utilizar as palavras para designar os referentes extralinguísticos, atividade essa resultante de um processo de categorização e específica do ser humano. Essa autora considera como processo cognitivo primário a formação de conceitos e como processo cognitivo secundário a nomeação (designação), posicionamento com o qual concordamos, posto que defendemos que, para além de os topônimos identificarem seus referentes, como também os significarem, essa identificação e significação expressas na forma do nome partem da realidade física ou dos estados de coisas que compõem a realidade dos denominadores. Nomear é, portanto, um procedimento de escolha que individualiza, identifica um indivíduo, uma coisa ou lugar, assim como os identifica como pertencentes a uma classe. Muito além disso, nomear é um ato motivado de criação linguística que ocorre como uma força transformadora e recriadora de forma que os utentes da língua possam interagir com mais praticidade com os seres denominados. Por meio desses termos denominadores também são indicados os caminhos, os espaços e os horizontes. O meio ambiente ressurgue ao ter acionada a sua existência, através do ato evocatório, pelo nome.

Uma categoria de nomes próprios, a dos topônimos, é fundamental no processo interativo homem-língua-meio por identificarem particularmente as entidades geográficas em e com que convivem os utentes da língua. Ou, como afirma Solís Fonseca (1997: 22) “um nome toponímico é um meio de que se utiliza o homem para humanizar a paisagem como parte de sua relação com seu ambiente geográfico. Pôr nomes faz parte de um processo, o de introduzir uma ordem humana na paisagem”. Esses nomes próprios fazem parte do índice léxico de que se utiliza o homem para possibilitar especificação, identificação e situacionalização dele com o meio ambiente em que vive e compartilha com seus pares. Esse valor atribuído aos nomes próprios vem do papel fundacional que eles exercem como nomes de orientação e de referência no contexto de interação histórico-existencial. Nomear os lugares é, pois, um ato de categorização, um comportamento gerador de termos linguísticos, dos topônimos, os quais comprovam a existência de entidades no mundo que por esses nomes são legitimadas, e cujo processo vai além da identificação e da referenciação, posto que esse ato acrescenta valores atributivos significativos que classificam os lugares. Nesse sentido, Dick (1992) afirma que topônimos e antropônimos, além de uma função identificadora, portam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa. Assim, os topônimos formam um conjunto de nomes influenciados por diversos fatores tais como: meio ambiente físico ou natural, ambiente mental e social (Couto, 2007), e geralmente portam um significado transparente. Estes são de importância fundamental por revelarem maior diversidade de motivação.

Vale ressaltar que o ato denominador dos lugares se efetua de forma individual e coletiva. Individual, por primeiramente passar por um processo de escolha que tem como base as concepções do indivíduo. Coletivamente, por essa escolha submeter-se ao critério de aceitação, de legitimação pelas pessoas da comunidade de fala, o que pode ser comparado com o que Saussure chamou de contrato social. Esta bivalência é uma das condições necessárias para que esse nome realmente seja institucionalizado.

Além disso, os topônimos são termos que significam um conceito e este, por sua vez, significa uma coisa. O nome tem uma referência, um sentido, mas não somente, pois o conceito do nome não existe pela simples relação entre a palavra e a coisa representada. É necessária a compreensão da relação entre a palavra e a coisa referida e deve-se acrescentar que o mundo conceptual dos usuários da língua interfere na modulação desses conceitos. O modo como os falantes fazem emergir e compreendem a língua é um processo de intervenção desses usuários influenciado não somente pelos

fatos objetivos, ou da psicologia humana, mas da vida físico-ambiental, sociocultural e histórica que permeia seu cotidiano e que faz com que o surgimento desses nomes seja considerado como motivado e não arbitrário. Por trás dos nomes, há um sujeito e uma coletividade com todas as suas concepções formadas a interferirem nessa linguagem. Assim, os topônimos são gerados pelo homem para servi-lo em suas interações.

Os topônimos não são considerados apenas um signo, *a priori*, de forma isolada, mas num conjunto de valores que os caracterizam e que os definem com as funções a que eles se propõem: referir, identificar, situar “um” lugar ou acidente geográfico. Eles compõem verbalmente um mapa que refere determinada superfície geográfica e a insere como referência de mundo. São exemplos singulares de quão forte se dá o processo da nomeação/designação, inclusive portando na própria forma características significativas para a comunidade linguística do objeto nomeado. Assim, esse processo denominativo tem como base cognitiva fundante a motivação.

3. Motivação e toponímia

O topônimo, apesar de ser uma forma de língua animada por uma substância de conteúdo como qualquer outro elemento da língua, a partir do momento em que passa a ter essa forma acionada com essa funcionalidade, o termo que era arbitrário passa a ser essencialmente motivado, sendo esta uma das principais características deste termo (Dick, 1992). Essa autora lembra o duplo aspecto da motivação toponímica em dois momentos, primeiro, na intencionalidade do denominador, que aciona este ato num processo seletivo de escolha do nome para um acidente geográfico. Em seguida, na própria origem semântica do nome, com um significado transparente ou opaco. Depreende-se, dessa afirmação, que o conjunto do léxico disponível para a escolha e seleção denominativa, portanto, o conjunto paradigmático desses termos, encontra-se, nesse estágio de preconcepção, em que não houve uma associação do signo com uma função toponímica, com função de signo arbitrário. Temos, assim, a seguinte disposição do estágio evolutivo desses termos:



Ilustração 1: *Continuum* da dinâmica do nome (topônimo)

Esse *continuum* representa a dinâmica por que passa o nome: a motivação aciona o termo do conjunto paradigmático, que faz gerar o nome, o uso desse nome e a consequência desse ato resulta na convencionalidade. O acionamento do termo disponível altera esse estatuto do signo com a ativação da correspondência entre os elementos significante, significado, referente e icônimo¹⁰, pelo utente da língua. Vale lembrar que essas lexias disponíveis no conjunto paradigmático têm caráter arbitrário até o momento em que são acionadas. A motivação ocorre acionando os conceitos físicos, sociais, históricos e culturais que envolvem o usuário da língua e sua comunidade linguística, como também os atributos descritivos que possuem os lugares, numa relação que envolve o usuário da comunidade linguística, o lugar e o nome. O acionamento dos conceitos do usuário e de sua comunidade linguística e dos atributos dos lugares e ou dos que com estes mantêm estreita relação e que, portanto, podem perceber esses sentidos para os nomes, é que constitui a motivação. Ocorre também que “o denominador utiliza uma lexia disponível em seu léxico virtual e a atualiza, muitas vezes em um primeiro momento, como lexema, isto é: não há intencionalidade real de denominação, apenas o nome surge num contexto enunciativo oral-discursivo” (Carvalhinhos, 2002-2003: 174), para o que essa autora cita como muito ocorreu nos relatos de viagens. Castro compreende a motivação da seguinte forma:

Como determinadas reações causadas no indivíduo tanto pelo mundo exterior, as impressões do meio, como as causadas pelo mundo interior, os estados d’alma, que fazem com que esse indivíduo tome determinadas atitudes, como por exemplo, escolher nomes (Castro, 2012: 80).

Uma das formas de demonstrar a motivação é retratar essas impressões do mundo interior ou os estados d’alma a partir da percepção dos referentes. Izquierdo (2012) apresenta uma subclassificação dos animotopônimos - classificação esta cunhada por Dick (1992) - relacionada à vida psíquica, à cultura espiritual, aos estados d’alma, como eufóricos, aqueles que representam impressão agradável, perspectivas otimistas,

10 Nos termos de Alinei (2009: 65) “termo aplológica que funde *ícone* ‘imagem’ e *-onoma* ‘nome’, isto é, ‘nome-ícone’, ‘nome que por meio da própria reciclagem representa diretamente o novo referente conceitual’”. Reciclagem, na visão desse autor, consiste na reutilização de um lexema pré-existente, portanto também já conhecido, para designar um significado novo.

boa disposição de ânimo; e disfóricos, os de impressão desagradável, pessimista, com perspectivas de temeridade.

Segundo Alinei (2009), o signo é motivado no momento de sua criação pelas características distintivas do referente, as quais são individualizadas e ressaltadas, motivando o nome apostro a esse referente. Esse autor ressaltava que Saussure percebeu a motivação primeiramente como um aspecto acidental do signo, que poderia ou não ocorrer, dependendo da natureza desse signo, sem perceber seu papel imanente, fundamental na gênese do léxico.

No ato da nomeação, o indivíduo denominador, por meio do motivo, aciona o signo, interligando-o à emissão linguística, o topônimo, e à realidade, o referente. A motivação é acionada e aciona as lexias - neste estudo, os nomes - a partir de uma compreensão cultural específica desse sujeito denominador em uma situação sociohistórica dada.

Guiraud (1986) faz duas grandes classificações para a motivação: interna, quando tem a fonte dentro do sistema linguístico; e externa, quando tem como fonte uma relação entre a coisa significada e a forma linguística. Portanto, os nomes nos possibilitam fazer referência às coisas do mundo e ou aos estados de coisas do mundo; e a realidade conceptual que liga os dois eixos, a questão linguística, o topônimo, e seu referente é a motivação.

Os questionamentos sobre a significação dos nomes ressaltam o estatuto do topônimo como resultante de um ato de gênese lexical em virtude de uma das funções básicas da linguagem, a de interação do homem com o meio ambiente, como propõe Couto (2007). Assim, o povoamento de um território implica também esse ato de gênese com motivos específicos pertinentes a esse evento, fonte por meio da qual as origens de línguas se revelam, portanto, seus aspectos culturais, sua história, sua cultura e os aspectos cognitivos que determina(ram) essas escolhas. Solís Fonseca ressaltava a importância da motivação na toponímia:

La motivación es a su vez un concepto importante en la teoría toponímica, y ha sido desarrollada conceptualmente en esta tesis [Castro, 2012] cuando se señala que el motivo hace que la toponimia o los topónimos sean signos lingüísticos no arbitrarios, a diferencia de la concepción de Saussure, para quien los signos lingüísticos son arbitrarios.

[...]

El proceso de escoger un nombre toponímico, que ocurre en una encrucijada histórica precisa, implica el lugar, la circunstancia y la experiencia del

nominador toponímico que assume um motivo para relacionar uma entidade de la geografia con una emisión lingüística específica. Se trata de un evento cognitivo en una circunstancia precisa, que identifica o genera un motivo que resulta el apropiado para un lugar determinado (Solís Fonseca, 2012: 7).

Ele afirma que o processo de escolher nomes ocorre numa encruzilhada histórica precisa, com elementos como o lugar, a circunstância e a experiência do denominador ao assumir um motivo para relacionar o acidente geográfico à lexia. Nesse sentido, pode-se afirmar que nomear também é um ato linguístico fundador para os referentes, os acidentes físicos e geográficos.

Guiraud assegura que usamos de forma motivada grande parte das palavras, e que, para esse emprego, fazemo-lo de forma relativamente consciente. Ele acrescenta que “qualquer nova criação verbal é necessariamente motivada; toda palavra é sempre motivada em sua origem, e ela conserva tal motivação, por maior ou menor tempo, segundo os casos, até o momento em que acaba por cair no arbitrário, quando a motivação deixa de ser percebida” (Guiraud, 1986: 28). A motivação, para esse autor, é um dos caracteres fundamentais da palavra, e está dividida em motivação externa, “quando ela repousa sobre uma relação entre a coisa significada e a forma significante, fora do sistema linguístico” (1986: 29). Essa motivação pode ser fonética, direta e natural, como as onomatopeias, e metassêmica, em que a significação é substituída, como na metáfora. Segundo esta classificação, a metáfora que designa um peixe, *loup* (lobo) tem uma forma-significante primária, a do mamífero, cujo significado constitui outra forma, um significante secundário, com um segundo significado, o do peixe. A motivação é interna, “quando tem sua fonte no interior do sistema linguístico” (1986: 30), como a motivação morfológica *banana* > *bananeira*. No entanto, ele ressalta que a perda de motivação ou desmotivação é necessária em proveito das alterações de sentido.

Em parte significativa dos topônimos, principalmente os de origem indígena, os elementos componentes da motivação deixam de ser percebidos, tornando-se opacos com a convencionalização do uso. Ocorre, nesses casos, a cristalização semântica e o significado dos nomes torna-se opaco. Nomes como *Icatu*, *Arari*, *Cururupu*, *Araioses* ilustram o fato da opacidade nos topônimos pela falta da compreensão do significado deles sem uma pesquisa etimológica e conhecimento da história do lugar.

Benveniste (2005) contesta o princípio da arbitrariedade, como proposto por Saussure, que exclui a realidade, a coisa, na constituição do signo linguístico, que nega a ligação natural do significado com a realidade, e propõe-na como um terceiro termo

para o signo. Esse autor afirma que “o signo, elemento primordial do sistema linguístico, encerra um significante e um significado cuja ligação deve ser reconhecida como necessária, sendo esses dois correspondentes consubstanciais um com o outro.” (Benveniste, 2005: 59). Essa postura é justificada pela estreita simbiose entre o conceito de um nome (boi) e a imagem acústica desse conceito /boi/, o que delimita a zona de arbitrariedade, em que um signo e não outro é que se aplica à realidade (boi). Resulta, nesse sentido, que a arbitrariedade não interviria na constituição do signo.

Entendemos, com base nesses estudos e como nos propõe Neves (2004), que há relação entre a categoria linguística, neste estudo, a classe de topônimos, e as categorias cognitivas, em que uma relação motivacional media esses sistemas.

4. Enlaces motivacionais e icônimo

A motivação diz respeito ao processo de gênese léxica com base no material linguístico pré-existente. Já o termo “icônico”, ainda no processo de gênese, refere-se a termos como réplica, similaridade, semelhança, enquanto índice/contiguidade refere-se a inter-relações materiais/factuais de proximidade entre os signos e os seres da realidade. Como consequência desses fenômenos, ocorrem os enlaces não arbitrários entre o significante e o significado “de tal maneira que se pode falar de uma criação de significado, associado a uma palavra já existente [...] ou de uma ressemantificação ou interpretação do vínculo entre significante e significado, na etimologia popular”, conforme Báez, Cabeza e Massone (apud Silva; Torres; Gonçalves, 2004: 571). Esses autores esclarecem que há iconicidade quando se está referindo a um princípio estruturador da linguagem, a iconicidade pertence à linguagem. O termo “motivação” refere-se às associações que se produzem dentro da língua que constituem processos de extensão do significado, a pista ou impressão sensível que permite ao sujeito falante o processo de nomear, a relação entre a realidade e a percepção; seria, portanto, a associação, por similaridade ou por contiguidade, que estabelece o falante entre os signos e a realidade.

A iconicidade ou motivação icônica é, conforme Neves (2004: 103), “um princípio pelo qual se considera que existe uma relação não-arbitrária entre forma e função, ou entre código e mensagem, na linguagem humana”. Esta mesma asserção

aplica-se à iconicidade entendida no sentido amplo de associação motivada, que também pode ser do tipo indicial.

O conjunto dos nomes próprios de lugares representa especialmente essa motivação ampla; e, com sua variedade de classes, reflete, por conseguinte, a complexidade conceptual em suas formas, ao representarem o meio geográfico.

A condição inerente de gênese dos topônimos como motivação icônico-indicial ressalta outras propriedades dessa motivação. Dentre elas, devem ser considerados os aspectos de espacialidade, indicando espaço, lugar em que se encontra um acidente físico ou humano; temporalidade, aspectos dos termos lexicais que expressam paradoxalmente a ideia de tempo limitado, que dura só algum tempo, daquilo que é temporâneo; identidade, caráter de geração a partir de um eu; e alteridade, nomes que se constituem através de relações de um eu com um outro. Todas estas propriedades estão intrínsecas na motivação dos topônimos.

Iconímia, na perspectiva de Alinei (2009), é o fenômeno e o processo de gênese do lexema, ou seja, a lexicalização, determinada por um termo já existente, o icônimo. O icônimo, segundo esse autor, elemento fundamental para a gênese do lexema, é o terceiro elemento do signo lexical no que diz respeito à dicotomia significante/significado, de Saussure, e quarto elemento no que diz respeito ao triângulo de Ogden e Richard, junto à forma/significado/referente. É um nome pré-existente do qual resulta um novo nome, agora para referir outro objeto. “A função do icônimo, na lexicalização, prescinde completamente da distinção entre nome, verbo e outras partes do discurso, mas é característica do lexema como expressão abreviada de uma unidade conceitual e cognitiva” (Alinei, 2009: 83). Esse elemento pode tornar-se opaco ou transparente. Opaco, tanto por causa das mudanças fonéticas quanto das mudanças culturais e semânticas, que o tornam irreconhecível; ou ainda, pode manter-se inalterado, transparente¹¹. Na linguística histórica tradicional, raramente foi identificado, e em tais casos foi chamado motivação. O icônimo, portanto, representa uma realidade de mundo.

Para Alinei (2009: 64), a motivação não é um aspecto permanente da natureza do signo, mas um tipo de cordão umbilical, um instrumento representativo e comunicativo, transitório: “A motivação é o umbigo da palavra”. Esse autor, baseado

¹¹ Em Bréal (2008), aparecem os termos “transparente” e “turvo”, respectivamente com esse sentido. Em Ullman (1964), em vez de turvo” aparece o termo “opaco”, conforme atualmente utilizado nos estudos toponímicos.

nos estudos de Saussure e especificamente de Ogden e Richard, no que se refere à figura que segue, reconstitui a natureza da gênese do signo por meio de um quadrângulo.

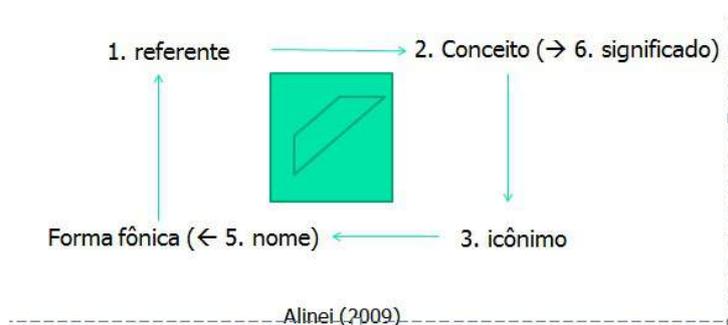


Ilustração 2: Quadrângulo Iconímico: estrutura da gênese do signo
Fonte: Alinei (2009: 89).

A concepção simplificada de signo, composto pela dicotomia significante/significado, foi exposta a uma maior complexidade com o formato triádico que insere o referente, por meio do qual são observados atributos da realidade denominada e inferidas as respectivas inter-relações. Alinei (2009) acrescenta a esta estrutura um terceiro elemento, o icônimo, termo primário representante de uma realidade já existente que ajuda a formar um novo nome. Ele esquematiza o percurso seguido pelo falante de um ângulo a outro e, depois, transversalmente: primeiramente, com base no universo cognitivo, o falante foca no novo *referente* que pretende lexicalizar; para isso, escolhe entre o campo sintagmático ou paradigmático de seu *conceito* do referente o *icônimo* que lhe parece mais adequado a representá-lo; a partir de então, a *forma fônica* antiga (o nome antigo) do icônimo resulta no *nome* do novo referente, enquanto o *conceito* de *referente*, do qual surgiu o processo, se transforma no *significado* da nova palavra. Esse autor classifica os diversos tipos de iconímia: primeiramente, por meio da escolha paradigmática ou associativa: i) tipo onomatopaico (*tic tac*); ii) tipo fonossimbólico (*mama, pipi*): sons associados inconscientemente ao referente; iii) metafórico: associação lexical {luna} para designar os *óculos*. O segundo tipo de escolha é a sintagmática ou definitória e descritiva, do tipo metonímico, como por exemplo {occhio} para designar *óculos*. A correspondência mais básica e imanente do signo em função toponímica, intermediada pelo utente da língua entre significante, significado, referente e icônimo, é a metonímica.

O termo *iconímia* é usado por Alinei como uma nova convenção para o termo conhecido tradicionalmente na linguística como *motivação*, por este ser, como ele

próprio cita, “de fato muito carregado de outros sentidos por poder designar todos os complexos daquilo que se revela ora como objeto”.

Compreendia a noção de iconímia ou motivação em Alinei (2009), assumimos que essa se caracteriza melhor na toponímia maranhense com uma diferenciação de graus, visto que no estatuto desses nomes uma de suas fortes características é exatamente esse *status* de diferenciação.

5. Graus de motivação: revisitação a saussure

Após depreendermos a noção de motivação em Alinei, retomemo-la no texto de Saussure, pela concepção deste autor de gradação da não arbitrariedade. Esse conceito torna-se inicialmente importante, na teoria dos nomes, cuja análise permite a identificação de casos em que os nomes podem ser relativamente não arbitrários ao aparecerem em uma gradação de arbitrariedade relativa, isto é, podem expressar-se em um nível de motivação regular e/ou altamente motivados. Isso implica que aqueles que são relativamente arbitrários tendem a ser mais motivados.

No entanto, Saussure pondera essas colocações e classifica o signo como “arbitrário absoluto”, aquele que não possui nenhuma motivação; e “arbitrário relativo”, aquele que é “relativamente motivado”, ou seja, tem como característica não ser jamais completamente arbitrário. Os “radicalmente arbitrários” são “apenas uma parte dos signos”. Neste caso, ou o significante é escolhido livremente pelo nomeador, ou o icônimo tornou-se irreconhecível. Os signos classificados como apenas relativamente arbitrários podem, de certa forma, ser motivados. O autor ilustra este fato linguístico com os numerais *vinte*, apresentado como imotivado (arbitrário absoluto) e *dezenove*, como relativamente motivado, que evoca uma associação de termos como *dez*, *nove*, *vinte e nove*, *dezoito etc.*. Outro exemplo citado como de motivação relativa é *pereira*, que leva a pensar em *cerejeira*, *macieira* e outros. Nessa apresentação, ele justifica não ser “esta a ocasião de averiguar os fatores que condicionam, em cada caso, a motivação; mas esta é sempre tanto mais completa, quanto a análise sintagmática seja mais fácil e o sentido das subunidades mais evidente” (1995 [1916]: 153); e informa que “mesmo nos casos mais favoráveis, a motivação não é nunca absoluta” (1995 [1916]: 133).

Para justificar o fenômeno da “motivação relativa”, são observados os seguintes princípios de análise: a análise do termo dado, com suas respectivas relações sintagmáticas; a evocação de um ou vários termos, com suas respectivas relações associativas, ou seja, “o mecanismo em virtude do qual um termo qualquer se presta à expressão de uma ideia” (Saussure, 1995 [1916]: 153), em que fica clara a existência da solidariedade dos termos (de ordem associativa, sintagmática) para expressar significativamente a ideia que a eles se vinculam. Em *dezenove* há uma aproximação associativa solidária de *dezoito*, *dezesete*, *vinte*, *vinte e um* (outras formas disponíveis surgem ao redor do signo para escolha de seus utentes, os termos que o rodeiam na cadeia falada) e uma aproximação sintagmática solidária de seus elementos *dez* e *nove* (as partes sucessivas que o compõem só têm valor pela sua ação recíproca que forma o todo). Justificando ainda acerca do signo “relativamente motivado”, esse autor afirma:

com efeito, todo o sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo que, aplicado sem restrições, conduziria à complicação suprema, o espírito, porém, logra introduzir um princípio de ordem e de regularidade em certas partes da massa dos signos, e esse é o papel do relativamente motivado (Saussure, 1995 [1916]: 154).

A esse respeito, Saussure explica que a maior parte do sistema linguístico porta consigo a estrutura que recebeu da natureza, mecanismo de reconstrução do sistema que revela uma diminuição ou atenuação das estruturas arbitrárias.

Para analisar a natureza dos topônimos, a relação sintagmática e associativa dos elementos que os compõem também é observada. Por meio da solidariedade dos termos, formando um todo, é depreendida a ideia designativa e significativa que eles veiculam, ao representar os lugares.

Assumida a condição de gênese dos topônimos como motivada, caracterizamo-los numa gradação de motivação. Certamente, há signos que são arbitrários, assim também como há os que não o são. E nessa classificação estão os nomes próprios de lugares, cujo termo “próprio” aponta para uma especificidade muito peculiar nessa classificação, neste caso, a inter-relação nome-lugar-referente-icônimo com a interveniência do utente da língua, em que este tem consciência dessa inter-relação.

Determinados conjuntos de signos linguísticos são produzidos por relações indiciais e icônicas. Ocorre, pois, um princípio de ordem e de regularidade motivadas em diferentes graus, já que ela reflete a maneira como percebemos e vivenciamos essas experiências de mundo. No conjunto dos topônimos, estes representam essas

percepções, a captura e controle da realidade e a representam. E a gradatividade pode ser classificada tomando como base os parâmetros básicos pierceanos, ou seja, as inter-relações entre os signos e seus referentes: *indicial*, que expressa relação material factual, de contiguidade existencial entre o topônimo e seu referente, ocorrendo, nesta classificação, um alto grau de motivação conceptual, cujo mecanismo de escolha se dá de forma metonímica; *icônica*, em que há similaridades entre o significado transportado pelo topônimo e seu referente, isto é, semelhança entre o significado atual do signo e a forma do referente, ocorrendo também alto grau de motivação - porém menor do que na motivação indicial - cujo mecanismo de escolha se faz de forma metafórica; e *simbólica*, em que a motivação deixou de ser percebida, e o termo é usado de forma mais desprendida em relação ao icônimo e sem apreensão da inter-relação entre topônimo e referente atualizado.



Ilustração 4: Graus de motivação e iconicidade
Fonte: A autora

Nessa ilustração, os termos considerados altamente motivados são, portam, por um lado, relação indicial: *Balsas*; por outro, relação icônica: *Chapada das Mesas*.

Nessa vertente de análise, as reflexões de Biderman (1998) propõem a conceptualização como o processo cognitivo primário e a nomeação da realidade como processo cognitivo secundário, ambos constituindo a etapa científica inicial do espírito humano de conhecimento do universo. Uma continuidade desse processo conceptual dá-se com a classificação dos graus de motivação.

Retomando Saussure¹², ele afirma que o nível de motivação, alta ou baixa, pode ser observado desde um extremo de motivação que vai de débil à alta motivação.

Nesta pesquisa, para classificar os graus de motivação acionados pelos falantes, partimos dessa gradação saussureana e classificamos de “muito alta” para “alta”,

12 Saussure não teve a intenção de fazer um estudo classificatório sobre a motivação.

“relativa”, “baixa”, em vez de “débil”, e “nula”, conforme segue.

GRAUS DE MOTIVAÇÃO

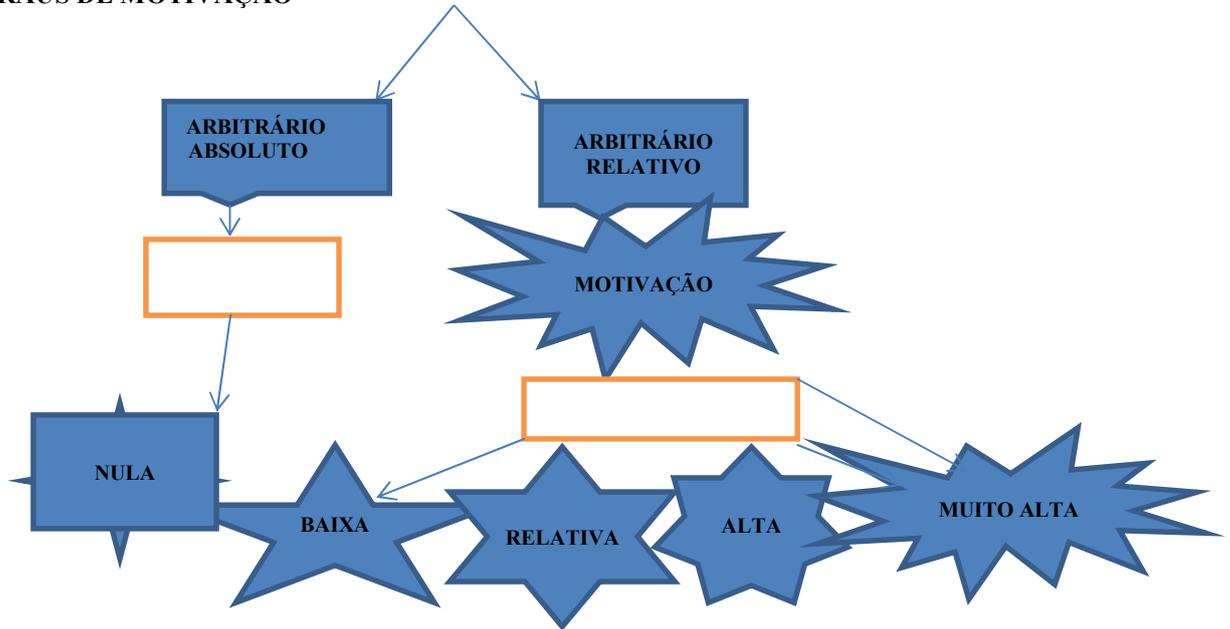


Ilustração 3: Graus de Motivação
Fonte: A autora, baseada em Saussure (1995 [1916]).

Esta classificação considera como ponto de partida o início do *continuum*, quando ocorre o processo de escolha, portanto, a gênese dos topônimos.

Motivação muito alta: processo de escolha em que o tipo de relação entre o nome, o significado, o referente e o icônimo - significante primário pré-existente que ajuda a formar o novo nome - é de contiguidade material e ou factual. O tipo de escolha é sintagmático, por conseguinte, pressupõe uma inter-relação mais estreita, mais profunda, mais evidente, e se dá de forma bastante recorrente no conjunto dos topônimos. O processo para a estruturação do pensamento e suscitamento do nome é acionado de forma intrinsecamente produtiva, em que um icônimo, por exemplo, {água}, dá origem a muitas extensões e faz surgir denominações dessa fonte comum como *Fazenda Água Doce*, *Fazenda Água Boa*, *Fazenda Água Branca*. Ocorre com frequência a denominação das terras, das passagens, das paragens, das fazendas, dos sítios, dos povoados, das vilas, das cidades e do Estado, em virtude do nome do rio ou do riacho que os banha: *Balsas* < *rio Balsas*, *Alto Parnaíba* < *rio Parnaíba*, *Riachão* < *riacho Frutuoso*. O icônimo {*rio Balsas*} ou {*riacho Frutuoso*} passa a gerar o novo nome do lugar, da cidade de *Balsas*, de *Riachão*. Esse processo ocorre, numa relação em que os topônimos são atribuídos às terras, com base na existência dos minerais que

nelas existem e nos respectivos qualificativos desses minerais, numa relação de contiguidade aproximativa do ecossistema homem-natureza-língua. Os minerais da terra também são representados em microtopônimos como *Fazenda Lapa* < {*lapa*}}, cujo icônimo significa ‘pedra’, os quais são a fonte para a denominação do lugar que comporta esse mineral; o nome do objeto ou entidade passa a ser atribuído à terra, em virtude das inferências dos denominadores, que associam as relações de pertencimento, de existência, em que uma coisa (hipônimo) pode tomar o lugar de outra (hiperônimo).

Este é o tipo de motivação que expressa as inter-relações mais básicas do processo de concepção dos topônimos, algum tipo de contiguidade espacial inter-relacionada material ou factualmente com o próprio referente, o lugar. Assim, a escolha de um topônimo pode implicar uma valorização dos aspectos naturais percebidos pelo homem, portanto, relacionados à própria sobrevivência.

Motivação alta: processo de escolha em que a relação estabelecida entre um termo fonte, o icônimo, a forma do nome, o significado e o referente é icônica *Chapadas das Mesas*, cachoeira *Dois Funis*, cachoeira *Pedra de Fogo*, *Cachoeira dos Pilões*, rio *Sereno*, rio *Salobro*, *Morro do Elefante*. Esses topônimos expressam relação de similaridade do referente, o acidente físico-geográfico, em relação a um termo fonte, o icônimo {*mesa*, *funil*, *pedra de fogo*, *pilão*, *serenidade*, *sal*, *elefante*}. A relação entre o referente denominado, o nome do acidente e o icônimo, termo fonte motivo da denominação, ocorre num processo de motivação alta. Os topônimos são convenientemente concebidos/escolhidos tendo em vista os atributos significativos “semelhança com uma mesa”, “estreitamento dos dois canais”, “pedras de fogo”, “cavidades redondas”, “águas serenas”, “sabor salgado” e “elefante” que não parecem eminentemente naturais para representarem os lugares, são nomes pré-existent transferidos de entidade antes nomeada, o termo fonte ou icônimo, para denominar outra entidade (lugares, acidentes geográficos), o novo referente, com o termo alvo, neste caso, o topônimo. Os nomes *mesa*, *funis*, *pedra de fogo*, *pilões*, *elefante* e o qualificativo *sereno* ajudam na referenciação dos lugares e estabelecem uma comparação entre elementos (físicos-físicos, físicos-humanos). A escolha do topônimo implica uma valorização dos aspectos cognitivos do homem, relacionados ao processo mental de associação por semelhança.

Motivação relativa: processo de escolha em que ocorre um tipo de relação de contiguidade entre o nome, o referente e o icônimo. Intrinsecamente associada a essa contiguidade do nome também está a relação de semelhança entre um termo fonte, o

icônimo, a nova forma do nome e o referente. Este tipo de motivação resulta nos processos gramaticais de formação de palavras pela derivação e sufixação a partir da forma primitiva de um icônimo: {*Buriti*} > *Buritizinho*, {*Chapada*} > *Chapadinha*.

Motivação baixa (débil?): neste processo de escolha, o tipo de relação entre o nome, o significado, o referente e o icônimo não deixa de ser motivado, porém se dá de forma bastante tênue e é pouco percebido na forma do topônimos. Topônimos como *Buritirana* {buriti}, motivado pela existência dessa espécie de buriti na região, e *Cajapió* {cajá}, *cajá-pyoca*, polpa de cajá, essência de cajá, nem sempre deixam clara a motivação para os falantes da língua.

Motivação nula: este é um momento do *continuum* da dinâmica do nome em que o processo de motivação da escolha sofre um apagamento e o termo criado perde o significado do icônimo, e o tipo de relação entre o nome, o significado, o referente e o icônimo - significante primário pré-existente que ajuda a formar o novo nome – passa a ser despercebido pelo fato de o topônimo já estar em circulação, portanto, já ter sido publicizado e, com o tempo, cristalizado. Na toponímia maranhense, ocorre principalmente com nomes de língua indígena cuja motivação passa, atualmente, despercebida pela maioria dos falantes da língua, como *Araguanã*, nome motivado pela presença do animal arara/papagaio/ periquito; *Arari*, pela presença de arara amarela; *Axixá*, pela existência desse tipo de fruta áspera ao tato na localidade; *Cururupu*, fonte do sapo, *Grajaú*, *carajá-u*, comida de macaco, lugar onde os macacos vêm comer, ou pode ser *carajá-y*, rio dos macacos; *Mearim*, campo pequeno, entre muitos outros nomes em que os utentes da língua não têm consciência do significado desses topônimos por não mais estarem familiarizados com os termos de origem indígena.

Considerações finais

Este artigo discutiu sobretudo a motivação e seus respectivos graus, na nomeação dos lugares maranhenses. Entendemos que a inter-relação entre os topônimos, seus significados, seus referentes e o icônimo realiza-se no nível de categorias cognitivas ou mentais. Assim, o que subjaz linguisticamente a esse processo de motivação na gênese dos nomes são as relações icônicas, metonímicas e simbólicas mediando a gradação da motivação, portanto, esses sistemas.

Propomos um princípio de motivação para os topônimos, em que esta tem a ver principalmente com relações de contiguidade material/factual e de similaridade.

No que se refere à dinâmica da evolução do nome, ocorre uma gradação da motivação em que a transparência se revela sutilmente desde a gradação baixa e se manifesta de forma bastante transparente na gradação alta e muito alta. Assim, a motivação possui realmente papel imanente, fundacional na gênese do léxico. Portanto, o fato mais importante é compreender que ela tem função eminentemente de gênese e não caráter essencialmente funcional. Outro fato a ser considerado é que nem sempre a motivação nos topônimos é transitória. Aliás, esses aspectos motivacionais transparecem de forma bem revelante nesses nomes, deixando-os transparentes, e reafirma o posicionamento de Neves (2015) de que tudo no uso linguístico são escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alinei, Mario. 2004. *L'Origine Delle Parole*. Roma: Aracne, 2009.

Báez, Imaculada. CABEZA, Carmem. MASSONE, María Ignacia. Enhebrando el hilo de lo icónico. (In: SILVA, Augusto Soares. TORRES, Amadeu. GONÇALVES, Amadeu (orgs.): *Linguagem, Cultura e Cognição*. Estudos de Linguística Cognitiva.

Biderman, M. T. C. 1998. *Dimensões da palavra*. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, Araraquara.

Carvalhinhos, P. 2002-2003. *Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória*. Estudo de caso. São Paulo: *Revista USP*, n. 56, p. 172-179, dez./fev.

Castro, Maria Célia Dias de. 2012. *Maranhão: sua toponímia, sua história*. 2012. 474 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Couto, Hildo Honório do. 2007. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus.

Dick, M. V. do A. 1990. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado.

_____. 1992. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: FFL/USP.

Izquierdo, Aparecida Negri. 2012. *A motivação na Toponímia: algumas reflexões*. InSella, Aparecida Feola; Corbari, Clarice Cristina; Bidarra, Jorge. *Pesquisas sobre*

Léxico: reflexões teóricas e aplicações. Campinas: Pontes Editores. Cascavel: EDUNIOESTE.

Neves, M. H. M. 2004. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

Saussure, F. 1995 [1916]. *Curso de linguística geral*. 20. ed. São Paulo: Cultrix.

Solís Fonseca, G. S. 1997. *La Gente Pasa, Los Nombres Quedan...: introducción en la toponímia*. Lima: G. Herrera Editores.

Ullmann, Stephen. 1964. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS

Fernanda Grazielle Aparecida Soares de CASTRO¹³
Hector Renan da Silveira CALIXTO¹⁴

RESUMO

Este trabalho visa analisar atividades pedagógicas e relacioná-las a discussões sobre o uso de tecnologias digitais no ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos. Justificamos este trabalho por apresentar aspectos relevantes sobre o ensino de LP para surdos, com auxílios de atividades pedagógicas lúdicas em conjunto com tecnologias digitais que contribuem para o processo de escolarização dos alunos surdos. Temos como base teórica epistemológicas: Coscarelli (2010), Araújo (2013), Gesser (2012), Quadros; Karnopp (2004), e Quadros; Schmiedt (2006). Temos como método uma pesquisa bibliográfica referente à utilização dos recursos tecnológicos digitais a fim de ensinar LP para discentes surdos. Analisamos duas sugestões de trabalhos pedagógicos com o objetivo de ampliar e fixar o conhecimento de palavras da LP de forma lúdica e são: jogo de memória e palavras cruzadas, propostas por Quadros; Schmiedt (2006). A primeira possibilita a associação de um sinal em libras ou uma imagem a um verbete corresponde em LP, proporcionando aumento de vocabulário da LP e da Libras do aluno surdo. A segunda possibilita a fixação do vocabulário adquirido na primeira atividade, contribuindo para a ampliação deste vocabulário em Libras e em LP. Concluimos que ambas as atividades, utilizadas com tecnologias digitais na aplicação das mesmas durante as aulas, são facilitadores do ensino de LP para alunos surdos. Então é imprescindível que professores busquem inserção dessas tecnologias na prática didática a fim de proporcionar melhoria no processo ensino aprendizagem tendo como público alvo discentes surdos.

PALAVRAS CHAVE: tecnologias digitais, ensino aprendizagem, língua portuguesa, surdez, libras.

1. Introdução

A educação de surdos iniciou no Brasil há pouco mais de 150, com a criação do

13 UFRJ, Faculdade de Letras, Departamento de Letras Libras, Rua Valparaíso 377, ap 202, bairro Sion, 30315-580, Belo Horizonte, MG, Brasil, fernandagas1@gmail.com

14 UERJ, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Departamento de Formação de Professores, Rua 15 de novembro, 758 (casa 3), Vila São Luiz, 25065-136, Duque de Caxias, RJ, Brasil, hectorscalixto@gmail.com

Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1857¹⁵. Após a sua criação na cidade do Rio de Janeiro, a educação de surdos no Brasil foi se expandindo para outros estados. Com a influência das decisões tomadas no Congresso de Milão¹⁶, em 1880, foi proibida a utilização da Língua de Sinais e passou a ser utilizada uma metodologia oralista de ensino aos alunos surdos brasileiros, assim como em outros países.

No entanto, logo percebeu-se que o oralismo não era eficiente para ensino de surdos e o Brasil, assim como outros países, passaram a ter posicionamentos mais reflexivos e críticos a partir da constatação de insucessos nas práticas anteriormente adotadas (Quadros, 1997).

O português é a língua da maioria dos brasileiros e deve ser ensinado para os surdos, conforme determina a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como língua oficial da comunidade surda brasileira, e que no seu Art. 4º, Parágrafo Único diz que “a Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002).

Para que isso seja cumprido, o ensino a língua portuguesa como segunda língua para indivíduos precisa ser realizado de forma a considerar a singularidade do sujeito surdo, mas ainda assim na maioria das escolas encontram-se dificuldades para realizar essa tarefa, conforme é a apostando por Quadros e Schmiedt (2006:23):

(...) atualmente a aquisição do português escrito por crianças surdas ainda é baseada no ensino do português para crianças ouvintes que adquirem o português falado. A criança surda é colocada em contato com a escrita do português para ser alfabetizada em português seguindo os mesmos passos e materiais utilizados nas escolas com as crianças falantes de português. Várias tentativas de alfabetizar a criança surda por meio do português já foram realizadas, desde a utilização de métodos artificiais de estruturação de linguagem até o uso do português sinalizado.

Levando em consideração essas dificuldades, este trabalho surgiu a partir da seguinte inquietação: que práticas de leitura e escrita da língua portuguesa vêm sendo desenvolvidas com alunos surdos? E, mais precisamente, que atividades pedagógicas são propostas por Quadros; Schmiedt (2006) para o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos?

15 O Instituto Nacional de Educação de Surdos foi criado em 26 de setembro de 1857, a pedido de Eduard Huet ao então imperador D. Pedro II, e na ocasião da sua criação se chamava Instituto Nacional de Surdos-Mudos. (Rocha, 2007)

16 Em 1880 foi realizado o Congresso de Milão, que ocorreu de 6 a 11 de setembro do mesmo ano, onde um grupo de profissionais, não-surdos, tomou a decisão de excluir a língua de sinais do ensino de surdos, e decidiram isso sem a participação dos professores e profissionais surdos (Campelo, 2009).

Este trabalho visa analisar atividades pedagógicas propostas por Quadros; Schmiedt (2006) e relacioná-las a discussões sobre o uso de tecnologias digitais no ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos.

Assim consideraremos algumas práticas de ensino de língua portuguesa para surdos que têm sido significativas no processo de ensino aprendizagem na percepção de Quadros; Schmiedt (2006), refletindo sobre a influência das tecnologias digitais nesse ensino: o que pode ou não ser considerado e utilizado pelos professores e a atenção necessária a partir das novas demandas trazidas por essas tecnologias.

Temos como base teórica epistemológicas: Coscarelli (2010) e Araújo (2013) em tecnologias digitais. Gesser (2012) e Quadros; Karnopp (2004) acerca de ensino de Libras. E Quadros; Schmiedt (2006) discutindo ensino de português para surdos.

Temos como método uma pesquisa bibliográfica com seleção, leitura e análise de artigos, periódicos e livros referentes à utilização dos recursos tecnológicos digitais a fim de ensinar Língua Portuguesa para discentes surdos. E como principal componente, analisamos duas sugestões de trabalhos pedagógicos com o objetivo de ampliar e fixar o conhecimento de palavras da Língua Portuguesa de forma lúdica e tais atividades são: jogo de memória e palavras cruzadas, propostas por Quadros; Schmiedt (2006).

Inicialmente, faremos uma breve discussão sobre a temática da Leitura e tecnologia, em seguida, frisaremos sobre o uso de novas tecnologias e a Leitura em Língua Portuguesa por alunos surdos. E, por fim, analisaremos as atividades pedagógicas propostas por Quadros e Schmiedt (2006), expondo, por conseguinte, nossas considerações sobre este trabalho.

2. Leitura e tecnologia

De acordo com McLaughlin e DeVoogd (2004), o letramento tradicionalmente utilizado demonstra atitudes em que o aluno, ao ler um texto, se posiciona de acordo com o estilo do autor, sem contribuições verdadeiramente reflexivas. Os autores ainda afirmam que, nesse caso, as ideias dos leitores não são importantes.

A relação entre texto e contexto são elementos básicos para uma leitura crítica, assim como a utilização de conhecimentos prévios, e isso contribui consideravelmente no processo de ensino-aprendizagem. Entender que o autor pode apresentar a

mensagem, mas que quem lê possui o direito de questionar e analisá-la, é uma característica básica de um leitor crítico (McLaughlin; DeVogd, 2004).

Com os avanços tecnológicos que são evidentes atualmente, ocorreu também uma mudança nas maneiras de se ler nos tempos atuais, conforme Mattos (2011) salienta:

Até bem pouco tempo, leitura significava ler um texto escrito em papel, em uma direção pré-determinada, ou seja, de cima para baixo e da esquerda para a direita. Hoje em dia, principalmente após a intensificação do uso da Internet, essa concepção de leitura precisa ser revisada. No ambiente digital, a comunicação passa a ser multimodal, ou seja, a informação é fornecida não apenas em forma de texto escrito, mas também através de imagens e sons (p. 36).

Com isso, as formas de leitura se dão de formas mais diversificadas, possibilitando que as tecnologias digitais produzam leitores que não utilizam apenas textos impressos para obter informações, mas que as obtenham por meio de textos digitais e imagens.

Assim, as mais diversas leituras, através de gêneros e suportes textuais diferentes, precisam ser consideradas e levadas à sala de aula, principalmente pelo uso tão acentuado da Internet, como afirma Mattos, considerando a multimodalidade no ensino. Stevens e Bean (2007:18) exemplificam outros impactos que as tecnologias digitais causaram na definição de texto atualmente:

Além do texto impresso e oral, as imagens estão também interligadas de forma implacável. Hipertexto, e-books, caixas de pop-up, streaming de vídeo, mensagens instantâneas, telefones celulares, smart phones que imitam dispositivos maiores, como os laptops, dispositivos de música digital, pagers, gravadores de vídeo digitais, assistentes pessoais de mesa (PDAs), e videogames são apenas algumas das ferramentas que deixaram sua marca nas mudanças crescentes de definição de texto.

É perceptível a grande presença das mais diversas ferramentas hoje existentes que permitem a leitura. No entanto, não é uma tarefa muito simples para o professor saber lidar com tantas novas exigências. Coscarelli (2010:516) defende que, com o advento da tecnologia, novas formas de ler e escrever passaram a existir: “hoje nossos instrumentos de leitura e produção de textos – os computadores – são multimidiáticos, ou melhor, hipermidiáticos”. É comum percebermos a influência das tecnologias digitais nas salas de aula nos dias atuais, e para tal é necessário que os professores não demonstrem resistência na utilização destas tecnologias como ferramentas de ensino.

3. Novas tecnologias e a leitura em língua portuguesa por alunos surdos

Conforme Gesser (2012), a Linguagem oral foi utilizada como metodologia de ensino para surdos no Brasil e em outros países. Essas estratégias oralistas foram adotadas por educadores que acreditavam que as habilidades orais deveriam ser ensinadas a alunos surdos, com a finalidade de melhorar o seu desenvolvimento intelectual e auditivo.

De acordo com Salles *et al* (2004), apenas uma pequena parte de todas as pessoas surdas tem uma razoável capacidade de expressão da fala e recepção verbal. Em virtude disso se torna pouco proveitoso o uso dessas metodologias oralistas para ensino de surdos, já que essa capacidade de expressão de fala e recepção verbal não é observada na maioria dos surdos. Além disso, Sousa (2008) afirma que os professores não são terapeutas da fala, e é muito importante fazer uma distinção entre esses dois papéis, não cabendo aos professores o papel de ensino da fala a alunos surdos.

Sousa (2008:50) ainda reitera que para os aprendizes surdos adultos “escrever em uma língua oral-auditiva ainda parece retomar toda uma história de repressão à língua de sinais, de imposição da fala (vocalização), de exaltação da condição de ouvinte e da afirmação da surdez como incapacidade”. Por isso, há de se preocupar com o impacto psicológico da forma de ensino da língua portuguesa, para que não seja criada uma resistência a essa língua, tomando como repressão ou até mesmo imposição de uma língua em sobreposição a sua língua natural e legalmente reconhecida.

A dificuldade de aprendizado de uma língua escrita por pessoas surdas se dá, muitas vezes, não apenas por se tratar de uma outra língua, mas também devido ao fato de não terem familiaridade com alguns aspectos discursivos como a pontuação, parágrafos, sequências argumentativas e outros (Guarinello, 2007).

Isso acontece porque a Libras, primeira língua do sujeito surdo brasileiro, é uma língua de modalidade diferente da língua portuguesa, em que a primeira ocorre na modalidade visual-espacial e a segunda principalmente na modalidade oral-auditiva, e mesmo que Libras possua sua organização gramatical, não possui as mesmas características discursivas que a língua portuguesa (Quadros; Karnopp, 2004).

Com isso em mente, utilizar-se das tecnologias digitais pode possibilitar a proposição de alternativas mais condizentes com as demandas atuais de alunos surdos. Isso não significa dizer que é uma solução a todas as dificuldades encontradas no ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos.

Com a presença dessa multimodalidade atual na sala de aula, faz com que ocorra a modificação da forma como os sujeitos se comunicam, e isso possibilita também a mudança e adaptações nas formas de ensino, utilizando-se dessas novas tecnologias digitais e das novas formas de interação com os textos e com as mídias disponíveis, conforme Costa (2012:64) argumenta:

o surgimento de novos tipos de mídia associado ao desenvolvimento tecnológico expande-se com uma surpreendente velocidade e, ao mesmo tempo em que altera e potencializa a cognição humana, modifica o modo como os sujeitos se comunicam.

Quadros e Schmiedt (2006:42), mesmo sem mencionar a presença de tecnologias digitais, apontam algumas questões a que os professores precisam estar atentos para preparar uma atividade de leitura para alunos surdos:

- Qual o conhecimento que os alunos têm da temática abordada no texto?
- Como esse conhecimento pode ser explorado em sala de aula antes de ser apresentado o texto em si?
- Quais as motivações dos alunos para lerem o texto?
- Quais as palavras fundamentais para a compreensão do texto?
- Quais os elementos linguísticos que podem favorecer a compreensão do texto?.

Um dos pontos questionados por Quadros e Schmiedt (2006) são as “motivações dos alunos para lerem o texto”. Neste aspecto, pensamos na relação que a tecnologia pode exercer nesse ponto. Tal relação nos permite afirmar que “é necessário conhecer e explorar bastante os suportes digitais e suas ferramentas para extrair desse conhecimento muitas possibilidades pedagógicas” (Araújo, 2013: 99). Assim, a simples utilização de tecnologias pode contribuir como motivação de leitura do texto apresentado, já que essas tecnologias fazem parte da nova forma de comunicação utilizada pelos sujeitos.

Com isso, o papel do professor também se torna fundamental para mostrar outras formas de utilização das novas tecnologias, como forma de obter informações e como ferramenta de aprendizagem, possibilitando caminhos para se utilizar bem essas tecnologias digitais.

Percebemos que há uma tentativa de trazer para a sala de aula práticas que vão ao encontro das novas demandas dos alunos. “Trata-se, provavelmente, de um consumidor mais aparelhado, capaz de apreender o simultâneo e o múltiplo”

(Zilberman, 2011:85). É verdade que nem todos os alunos se caracterizam dessa maneira, mas é perceptível a grande influência que as novas tecnologias vêm exercendo nos alunos e nas escolas atuais.

Mas algumas questões ainda são levantadas em relação a isso: “a escola precisa realmente assumir o papel de agência de letramento digital em todos os contextos sociais? No caso de crianças que não possuem computadores em casa, não seria importante que a escola assumisse esse papel?” (Coscarelli, 2010:523). Mais adiante, Coscarelli (2010:524) conclui:

A escola não deve perder essa oportunidade de incorporar as novas tecnologias, sobretudo as digitais, em suas práticas educativas. Acredito que, neste momento, ela precisa de projetos e pesquisa que possam lhe oferecer apoio, auxiliando, assim, a reflexão sobre a melhor forma de usar essas tecnologias como recurso didático e sobre como a escola pode ajudar seus alunos a desenvolver competências e habilidades importantes para o letramento digital.

Tendo isso como ponto de partida para uso das tecnologias digitais em sala de aula, temos também o professor do aluno surdo, que muitas vezes ao se deparar com o ensino de leitura em Língua Portuguesa, se sente inseguro, ora por falta do domínio em Libras, ora por não saber estratégias de ensino de segunda língua. Mas esquece de que há meios, como as novas tecnologias, que podem facilitar o processo e estreitar essa relação de aluno-professor, trazendo mais significado às aulas.

Temos de levar em consideração que há diferenças entre o ensino de português como língua materna e como segunda língua para surdos, entre elas está a utilização de recursos que facilitem a contextualização dos textos apresentados, como Quadros e Schmiedt (2006:40) apontam:

A leitura precisa estar contextualizada. Os alunos que estão se alfabetizando em uma segunda língua precisam ter condições de “compreender” o texto. Isso significa que o professor vai precisar dar instrumentos para o seu aluno chegar à compreensão. Provocar nos alunos o interesse pelo tema da leitura por meio de uma discussão prévia do assunto, ou de um estímulo visual sobre o mesmo, ou por meio de uma brincadeira ou atividade que os conduza ao tema pode facilitar a compreensão do texto.

Com a utilização das tecnologias é possível, pelo simples uso das mesmas, provocar o interesse dos alunos. Mas apenas isso não é suficiente, necessitando por parte do professor e da escola o uso de um assunto que mantenha a motivação e o interesse do aluno no texto. Após ter criado interesse no texto, e assim o aluno ter

realizado a leitura e compreensão do contexto e, conseqüentemente, do texto, pode-se perceber que a produção textual se tornará mais fácil, como Quadros e Schmiedt (2006:43) mais uma vez declaram:

Na medida que o aluno compreende o texto, ele começa a produzir textos. Ele começa a escrever textos. A escritura é um processo que se constrói por meio do registro das atividades realizadas na própria sala de aula e de experiências vivenciadas pela própria criança.

Apesar de Quadros e Schmiedt (2006) focarem na alfabetização de crianças, os princípios metodológicos são válidos para o ensino do português como segunda língua para alunos surdos de forma geral.

Tendo como base esses princípios, a utilização das tecnologias digitais demonstra uma dentre as estratégias de ensino de leitura e escrita de português, exercendo um papel de grande influência no processo de ensino aprendizagem.

4. Análise das atividades

Entre as atividades pedagógicas propostas por Quadros e Schmiedt (2006:74), selecionamos duas para analisar sua aplicabilidade, utilizando tecnologias digitais e assim analisar se seus objetivos poderiam ser alcançados. Ambas as atividades foram propostas para trabalhar a leitura e o vocabulário com o objetivo de “ampliar e fixar o conhecimento de palavras da Língua Portuguesa de forma lúdica”, levando em consideração que:

O profissional que trabalha a Língua Portuguesa com surdos sabe da importância que tem a ampliação e fixação de vocabulário para o desenvolvimento da leitura e escrita dos mesmos. Sabe também que trabalhar com listas de palavras soltas, fora de um contexto, não produz bons resultados na aprendizagem de uma língua, então comumente as "palavras novas" são trabalhadas partindo-se de textos. (Quadros; Schmiedt, 2006:74)

Desta forma, apresentamos, a seguir, as atividades e as respectivas análises das aplicações destas com o uso das atividades auxiliadas pelas tecnologias digitais.

4.1 Jogo da Memória

A primeira delas é intitulada Jogo da Memória, onde é sugerida a criação de diferentes jogos da memória, com associações entre sinal x gravura, sinal x palavra, alfabeto manual x palavra e gravura x palavra. Essas sugestões apresentadas por Quadros e Schimiedt (2006) são apresentadas a seguir na Imagem 1, Imagem 2, Imagem 3 e Imagem 4, e representam como elas foram aplicadas sem o uso das tecnologias digitais, apenas com a colagem em cartões confeccionados manualmente pelos professores.

Imagem 1: Jogo da memória (sinal x gravura)

. sinal x gravura

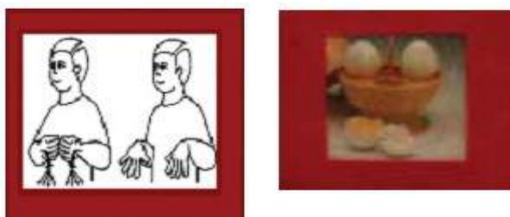


Imagem 2: Jogo da memória (sinal x palavra)

. sinal x palavra



Imagem 3: Jogo da memória (alfabeto manual x palavra)

. alfabeto manual x palavra



Imagem 4: Jogo da memória (gravura x palavra)



Fonte: Quadros; Schmiedt (2006)

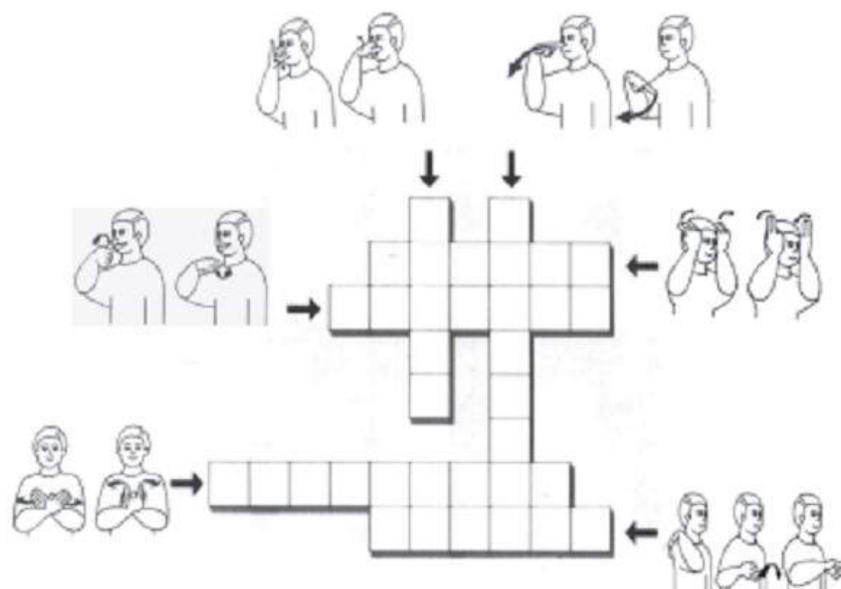
Essa atividade pode ser realizada com auxílio de programas tecnológicos de construção de atividades pedagógicas ou por utilização de programas que possibilitam criações de animação, facilitando sua utilização pelos alunos surdos, fazendo associação das palavras com os sinais correspondentes, dos sinais com as imagens correspondentes, ou das imagens com as palavras correspondentes, facilitando a fixação do vocabulário, juntamente com a associação das representações de alguma imagem tanto em língua portuguesa quando em Libras, assim como a associação das duas línguas.

4.2 Palavras Cruzadas

A segunda atividade é intitulada Palavras Cruzadas, em que é sugerida a criação de palavras cruzadas onde o aluno poderá montar cruzadinhas (em português ou alfabeto manual) com os vocábulos já trabalhados na atividade anterior, a fim de melhorar a fixação.

Mais uma vez essa atividade pode ser realizada com auxílio de programas tecnológicos de construção de atividades pedagógicas ou por utilização de programas que possibilitam a sua criação, facilitando a utilização pelos alunos surdos, tornando a fixação do vocabulário algo lúdico, e que proporcionará aos alunos a associação das representações de alguma imagem tanto em língua portuguesa quanto em Libras, assim como a associação das duas línguas.

Imagem 5: Palavras Cruzadas



Fonte: Quadros; Schmiedt, (2006)

4.3 Análise da aplicação das atividades

A primeira atividade é significativa, pois possibilita a associação de um sinal em libras ou uma imagem a um verbete correspondente em língua portuguesa, proporcionando aumento de vocabulário da língua portuguesa e da libras, no aluno surdo. Porém, não achamos interessante a relação que a atividade trás entre elementos datilológicos da Libras com palavras soletradas da língua portuguesa, pois a simples escrita da palavra em língua portuguesa utilizando a datilologia não possibilita a apropriação de significado, e sim apenas a reprodução das letras escritas em letras do alfabeto em libras.

A segunda atividade amplia o vocabulário em libras e em língua portuguesa, uma vez que o professor cria as cruzadinhas com as palavras que os alunos têm mais dificuldade de fixar. Assim, essa atividade se mostra complementar à anterior, já que o aluno necessita ter contato com os sinais e as palavras correspondentes em língua portuguesa para que essa atividade promova a fixação do vocabulário e assim cumpra seu objetivo.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar as propostas de atividades pedagógicas elencadas por Quadros; Schmiedt (2006) e, com isso, relacioná-las a discussões mais teóricas sobre o uso de tecnologias digitais no ensino de Língua Portuguesa para estudantes surdos.

Concluímos, com este estudo, que ambas as atividades, sendo utilizadas concomitantes com tecnologias digitais, auxiliam na aplicação das mesmas durante as aulas e são instrumentos facilitadores do ensino de língua portuguesa para alunos surdos. Por isso, é imprescindível que os professores busquem a inserção dessas tecnologias na sua prática didática a fim de proporcionar uma melhoria no processo ensino aprendizagem, tendo como público alvo os discentes surdos.

No entanto, lembramos que mais importante do que lidar com as tecnologias na educação de surdos, é saber trabalhar de forma qualitativa no processo educacional. Por isso, achamos interessante que o professor priorize as trocas, as interações, a cooperação entre os pares, as pesquisas, os trabalhos em grupo, todas essas habilidades necessárias poderão contribuir para que os alunos surdos sintam-se cada vez mais integrados no ambiente escolar utilizando as novas tecnologias.

É preciso que a escola esteja adequada para receber o aluno surdo, proporcionando formação para o uso destas tecnologias aos seus professores e demais profissionais, assim como disponibilizar serviços que contemplem ao surdo formas de aprendizagem em sua própria língua e assim eliminar barreiras linguísticas e culturais no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, J. 2013. O texto em ambientes digitais. In. Coscarelli, C.V. (Org.) *Leituras sobre a leitura: passos e espaços na sala de aula*. Veredas: Belo Horizonte.

Brasil.2002. *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436>, Acesso em 28 mar. 2009.

Coscarelli, C.V. 2010. A cultura escrita na sala de aula (em tempos digitais). In: Marinho, Marildes; Carvalho, Gilcinei T., (orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Costa, J. C. et al. 2012. A multimodalidade tecno-comunicacional nas interfaces do corpo expandido. In: Rios, José; Boccia, Leonardo; Coimbra de Sá, Natalia. (Org.).

Desafios Intermodais: leituras da composição. 1ed. Simões Filho: Editora Kalango, v. 1, p. 63-80.

Gesser, Audrei. 2012. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS*. São Paulo: Parábola.

Guarinello, A. C. 2007. *O papel do outro na escrita dos sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus.

Mattos, A. M. A. 2011. *Novos letramentos, ensino de língua estrangeira e o papel da escola pública no século XXI*. Revista X, v. 1, p. 33-47.

McLaughlin, M.; DeVoogd, G. L. 2004. *Critical literacy: enhancing students' comprehension of text*. New York: Scholastic.

Quadros, Ronice M. 1997. *A educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Quadros, Ronice M.; Karnopp, Lodenir B. 2004. *Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.

Quadros, Ronice M.; Schmiedt, Magali L. P. 2006. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC/SEESP.

Rocha, Solange. 2007. *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES.

Salles, H. M. M. L. et al. 2004. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. v.1. Brasília: MEC/SEESP.

Sousa, A. N. 2008. *Surdos brasileiros escrevendo em inglês: uma experiência com o ensino comunicativo de línguas*. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

Stevens, L. P.; Bean, T. W. 2007. *Critical literacy: context, research, and practice in the K-12 classrooms*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Zilberman, Regina. 2011. A tela e o jogo: onde está o livro? In: Martins, Aracy A., Machado, Maria Zélia V., Paulino, Graça, Belmiro, Célia Abicalil (orgs.). *Livros & Telas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.